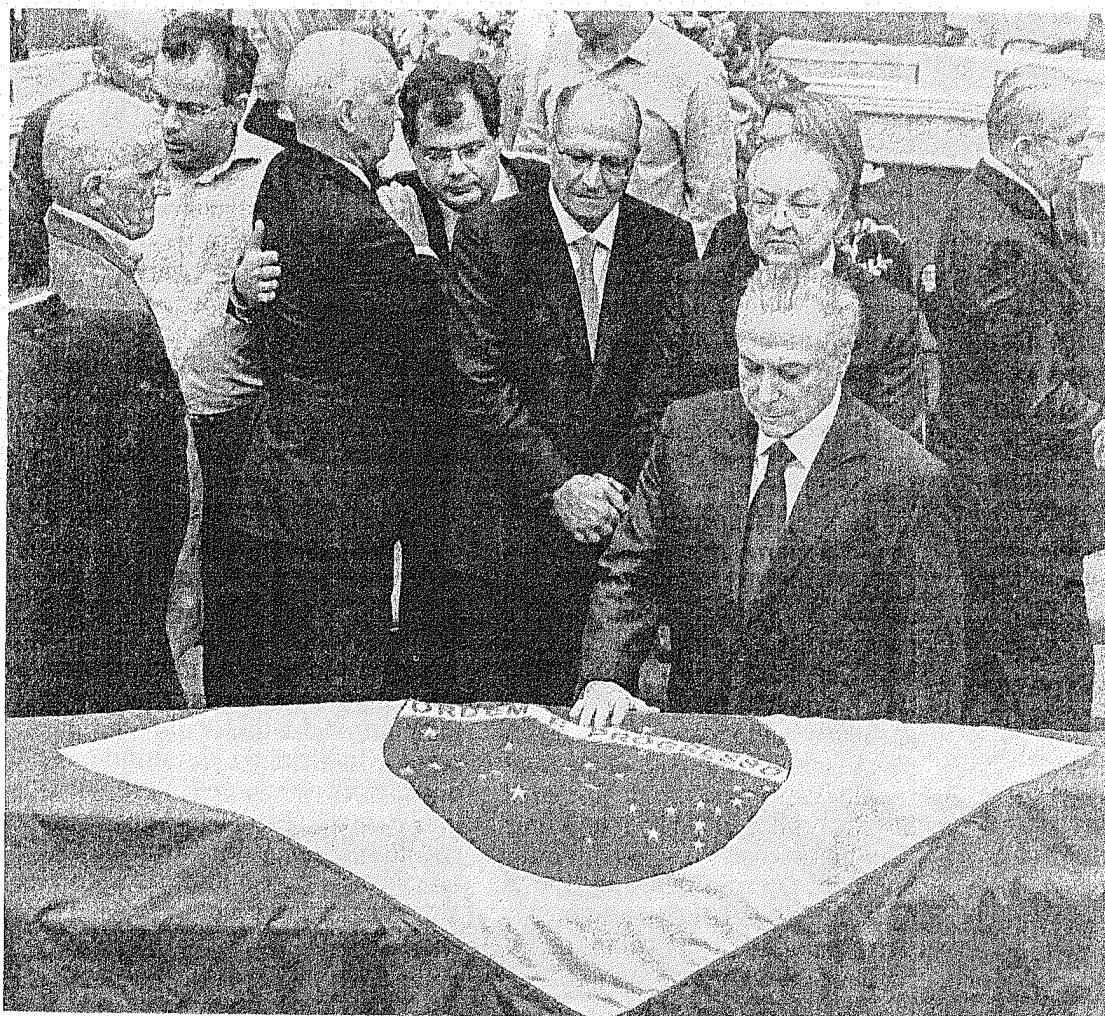


22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Morte de Teori atrasa delações e investigação sobre Temer

Presidente diz que só indicará substituto depois que o STF
definir novo relator para Lava Jato



Em meio a políticos, o presidente Michel Temer vela o corpo do ministro Teori Zavascki

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A morte do ministro do Supremo Tribunal Federal e relator da Lava Jato, Teori Zavascki, em acidente aéreo na quinta (19), atrasará não apenas a homologação da delação da Odebrecht. Acordos em negociação, como os de OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, também devem ser protelados.

Há possível impacto no processo sobre as contas de 2014 da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, no Tribunal Superior Eleitoral.

O presidente da corte, o ministro Gilmar Mendes, disse que pretende aguardar a delação da Odebrecht, que pode incluir relatos de repasses ilícitos à campanha; petista e peemedebista negam.

No velório, o presidente Michel Temer (PMDB) disse que só vai indicar um substituto para a vaga de Teori no Supremo depois que a presidente da corte, Cármen Lúcia, definir quem será o novo relator para o processo da Lava Jato.

Atraso da Odebrecht terá efeito cascata na Lava Jato

Delações de OAS, Andrade e Camargo, além do processo no TSE, serão afetados

Também pode haver consequências para as ações contra Lula, que dependem de revelações da empresa

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Como se fosse um efeito cascata, vai atrasar quase tudo. Não é só a homologação da delação da Odebrecht que será afetada pela morte do ministro do Supremo Teori Zavascki, em um acidente aéreo na última quinta (19).

Outros acordos de delação que estão sendo negociados com procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato também devem sofrer por causa do desastre. Entre eles estão as delações da OAS, da Andrade Gutierrez e da Camargo Corrêa.

Também deve atrasar a ação que corre no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre as contas eleitorais de 2014 da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer.

O ministro do Supremo Gilmar Mendes, que preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), já disse que gostaria de incluir a delação da Odebrecht no processo.

Os relatos dos executivos da Odebrecht apontam que o grupo empresarial deu recursos ilícitos tanto para a campanha de Dilma, do PT, como a de Temer, seu então vice, do PMDB, o que ambos negam.

A expectativa dos advogados e executivos que acompanham o acordo da Odebrecht era de que Teori chancesse as 77 delações no início de fevereiro e logo em seguida tornasse públicos os relatos que são considerados os mais explosivos da Lava Jato por citar políticos como o presidente Michel Temer, os ex-presidentes Lula e Dilma, o ministro José Serra e o governador Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo.

O ministro criou uma espécie de força-tarefa para analisar os depoimentos durante o recesso do Supremo, entre os dias 20 de dezembro e 31 de janeiro. A homologação não envolve checagem de conteúdo dos relatos. O processo só afere se os depoimentos foram feitos espontaneamente pelos delatores.

CONTINUA

O QUE VOCÊ DISSE?

Se a homologação não envolve o conteúdo das delações, é só com isso que se preocupam os advogados envolvidos nos acordos de outras empreiteiras que foram citadas pela Odebrecht como participantes de crimes ao lado dela. É o que ocorre com Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS, segundo a **Folha** apurou.

Não é um mecanismo republicano, mas as empreiteiras calibram os crimes que vão revelar e o modo que eles serão relatados pelo depoimento de uma concorrente que está com seu acordo em estado mais avançado.

Exemplo concreto: a Odebrecht cita em seu acordo que a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa e a OAS participaram de acordos na concorrência da linha 4-amarela do metrô de São Paulo.

As empresas que participaram da obra com a Odebrecht, porém, não sabem se a empreiteira falou apenas em cartel ou se mencionou pagamento de propina a políticos e funcionários públicos.

Apesar de serem dois crimes graves, os advogados preferem uma acusação de cartel à de propina porque a punição para o suborno é muito mais dura.

Os advogados das empreiteiras esperavam o 2 de fevereiro, dia em que Teori supostamente tornaria públicos os depoimentos da Odebrecht, para dosar como vão narrar a sua participação na irregularidade.

É esse calendário que desapareceu com a morte de Teori e com as dúvidas que surgiram sobre quem herdará a relatoria da Operação Lava Jato no Supremo: o novo ministro a ser indicado por Temer, como diz o regimento da corte, ou alguém que já conhece a Lava Jato?

Há ainda a possibilidade de os procuradores da Lava Jato em Curitiba quererem usar a delação da Odebrecht nas ações penais de Lula.

Há uma avaliação entre advogados, não unânime, de que as acusações contra o petista tornariam a sua condenação praticamente certa no caso do sítio de Atibaia (SP), que o ex-presidente diz não ser dele.

A Odebrecht começou a reforma do sítio em outubro de 2010, quando Lula estava na Presidência, conforme a **Folha** revelou em janeiro de 2016. Parece um detalhe, mas a data pode caracterizar o crime de corrupção, já que Lula tinha, em tese, poderes para recompensar a empresa.

EFEITO DO MINÓ O QUE PODE ATRASAR

1) DELAÇÕES

ODEBRECHT

Teori Zavascki deveria homologar os **acordos de 77 executivos** do grupo em fevereiro, segundo a expectativa de advogados do caso. Com a sua morte, ninguém se arrisca a fazer previsões

OAS

A empreiteira, que teve o seu primeiro acordo de delação recusado pela Procuradoria-Geral da República, havia **conseguido retomar** as negociações ao ampliar o número de casos de corrupção que pretende narrar

CAMARGO CORRÊA

O grupo fez um acordo de delação em 2015, com temas restritos a Petrobras e Eletrobras. Após a delação da Odebrecht citar outros crimes em que a Camargo Corrêa também participara, a empresa decidiu **fazer uma complementação**

ANDRADE GUTIERREZ

O grupo mineiro também fez um acordo de delação em 2015, mas se encontrava na mesma situação da Camargo: a Odebrecht revelou outros crimes em que a empresa esteve envolvida, forçando-a a contar **outras ilicitudes** das quais participou

2) JULGAMENTOS

DAS CONTAS DILMA- TEMER NO TSE

Os ministros Gilmar Mendes, que preside o TSE, e Herman Benjamin, relator, já haviam dito que pretendiam **usar a delação** da Odebrecht no julgamento das contas da chapa que venceu as eleições de 2014. O atraso na homologação deve adiar a inclusão desse material

AÇÕES PENAIS DE LULA

Os processos que estão com o juiz Sergio Moro podem atrasar se os procuradores quiserem **acrescentar as acusações** que estão na delação da Odebrecht

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Clóvis Rossi

A sangria, Teori e o esgoto

O Brasil não pode correr o risco de que permaneça a suspeita de que a morte do ministro não foi acidente

ENTENDO PERFEITAMENTE as suspeitas implícitas no pedido do delegado federal Marcio Adriano Anselmo para que sejam exaustivamente investigadas as causas do que ele chama de acidente entre aspas com Teori Zavascki.

Inimigo número 1 das teorias da conspiração, sou obrigado a convir que, neste caso, há abundantes motivos para alimentá-las. A ver:

1 - Sérgio Machado é pescado no telefone implorando a Romero Jucá para trabalhar pelo impeachment de Dilma. Seria, para Machado, a única maneira de “estancar a sangria” que a Lava Jato estava provocando e ainda iria provocar.

2 - O impeachment veio, mas a “sangria” não foi estancada.

3 - Agora, procuradores federais têm informação absolutamente seguras de que a, digamos, “operação estanca-sangria” continua viva e operante.

4 - O ministro Teori Zavascki era o relator da Lava Jato no Supremo, a única pessoa habilitada, neste momento, a “estancar a sangria”.

5 - No telefonema de Machado a Jucá, os interlocutores “reconheceram a impossibilidade de cooptar o ministro”, no relato do sempre brilhante Bernardo Mello Franco na sexta-feira, 20.

6 - Aí, cai uma avioneta e Zavascki morre.

Morre com ele a Lava Jato? Não necessariamente, porque parte considerável do trabalho está feita, já havia sido entregue, mas cópias de A a Z estão com a Procuradoria.

É um trabalho insano: foram 940 depoimentos dos 77 executivos da

Odebrecht que entraram no esquema de delação premiada.

Procuradores e policiais federais formaram 122 equipes de mais de 200 pessoas para montar o dossiê.

Se prevalecesse a opinião do procurador-geral Rodrigo Janot, Zavascki deveria levantar o sigilo dos depoimentos. No mínimo, evitaria vazamentos parciais e/ou interessados - e os interesses são formidáveis quando se sabe que os nomes de políticos citados são de um ecumenismo extraordinário.

É razoável supor que o ministro agora morto tivesse aproveitado as férias para adiantar o trabalho de analisar a pilha de informações e, com isso, dar andamento mais rápido aos processos. Como é um trabalho de equipe, é igualmente razoável supor que o pessoal de Zavascki tenha avançado o suficiente para impedir que a morte entorpeça demais os procedimentos.

Mas aí entram as perguntas de cunho muito mais político que judicial-administrativo-burocrático: para começar, o substituto de Teori, seja quem for, terá idêntica disposição de trabalhar em conjunto com o Ministério Público e com a força-tarefa da Lava Jato?

Terá coragem para peitar a substancial fatia do mundo político sob suspeita? Terá suficiente isenção para degolar, se e quando for o caso, à direita, à esquerda e ao centro? Por tudo isso, é fundamental que não paire a menor dúvida sobre as causas do acidente.

É simplesmente assustador pensar que permaneça na cabeça do

público a hipótese de que se tentou estancar a sangria à custa do sangue do ministro.

O Brasil cairia no esgoto.

PS - Dou três semanas de férias ao leitor.

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

Não é teoria da conspiração, é dúvida

Uma comissão
presidencial de
investigação poderá
esclarecer o episódio da
morte de Teori Zavascki

O advogado Francisco Zavascki, filho de Teori, tem toda a razão: "Seria muito ruim para o país ter um ministro do Supremo assassinado". Ele pede que se investigue o caso "a fundo" para saber "se foi acidente, ou não". Não é só Zavascki quem levanta essa questão, ela está na cabeça de milhões de brasileiros. Nada a ver com teoria da conspiração, trata-se de dúvida mesmo. A linha que separa esses dois sentimentos é tênue, e a melhor maneira de lidar com o problema é a investigação radical.

Um dos mais famosos assassinatos de todos os tempos, o do presidente John Kennedy, em 1963, foi investigado por uma comissão presidencial de sete notáveis que produziu um relatório de 888 páginas. Até hoje metade dos americanos não acredita na sua conclusão de que Lee Oswald, sozinho, deu os tiros que mataram o presidente. Mesmo assim, rebatê-la exige esforço e conhecimento.

O presidente Michel Temer poderia criar uma comissão presidencial para investigar a morte do ministro Teori. Desde o momento em que o avião caiu na água, ocorreu pelo menos o desnecessário episódio da demora na identificação dos passageiros.

Pelos seus antecedentes e pelas circunstâncias, a tragédia de Paraty ficará como um dos grandes mistérios na galeria de mortes suspeitas da política brasileira.

Aqui vão os principais nomes dessa galeria, divididos em três grupos: os de alto, médio e baixo ceticismo.

Alto ceticismo:

O desastre automobilístico que matou Juscelino Kubitschek em 1976 não teve influência de estranhos à cena.

Médio ceticismo:

Em 2014, o jatinho de Eduardo Campos caiu porque houve um erro do piloto. Só isso.

Tancredo Neves morreu em 1985 porque não se cuidou e foi tratado de forma incompetente e mentirosa, mas não houve ação criminosa.

Em 1967, o aviãozinho em que viajava o marechal Castello Branco entrou inadvertidamente numa área em que voavam jatos da FAB, foi atingido por um deles e espatifou-se na catinga. Nada além disso.

Baixo ceticismo:

Ulysses Guimarães voava nas cercanias de Angra dos Reis durante uma tempestade e o helicóptero caiu na água.

Jango sofreu seu último infarto enquanto dormia em sua fazenda, na Argentina. Morreu porque era um cardiopata.

A classificação, subjetiva, é do signatário, que não crê em quaisquer versões revisionistas. Quem quiser pode mudá-la, ao próprio gosto.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Acidente ou crime

RIO DE JANEIRO - De duas uma: a morte do ministro do STF Teori Zavascki foi crime ou fatalidade? Relator de um processo que configura o maior escândalo dos tempos atuais, ele era um alvo ostensivo para todos os possíveis mandantes que possam ter forjado um acidente aéreo que demorará um pouco para ser elucidado.

A investigação prometida também poderá ser honesta ou camuflada. Como eventuais beneficiados por um desastre aéreo, é possível identificar pessoas ligadas à empreiteira Odebrecht, Petrobras, senadores e deputados (já punidos ou a serem punidos) e empresas grandes ou pequenas relacionadas às investigações.

Como se sabe, o relator era já responsável por várias prisões e descréditos políticos e econômicos. Substituí-lo, em cima da hora, não deixa de ser uma temeridade moral.

Tem razão Sergio Moro quando confessa que a Operação Lava Jato seria uma natimorta tentativa de punir os responsáveis, alguns já na cadeia, outros a caminho dela. Não haveria o processo da Lava Jato se não fosse o relator no Supremo, agora morto ou assassinado.

Esse é um desafio para a investigação. Há precedentes históricos, em que crimes suculentos foram transformados em pizzas igualmente suculentas. Por ora, não se pode culpar ou absolver os políticos ou empresários que teriam interesse em eliminar o homem que poderia botar muita gente atrás das grades.

São muitos os casos em que a verdade foi manobrada pelos culpados, principalmente quando poderosos suspeitos estão manipulando no sentido de servirem o formidável escândalo dentro de outro escândalo. Até o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, empossado na última sexta (20), o papa Francisco ou o Cristo Redentor poderiam ser os culpados.

22 JAN 2017

A Lava Jato de Teori

A que existe não é a Lava Jato desejada por Teori. Foram muitas suas críticas aos vazamentos dirigidos

AS MORTES, as incógnitas da Lava Jato, a alteração perigosa na formação do Supremo — tudo isso em um só desastre, e a esta fase do Brasil ainda pareceu pouco. Com motivo justificado pelo próprio acúmulo do desastre, o pasmo foi depressa sucedido por suspeitas, apesar da ausência de indício imediato. Hoje em dia, suspeitas são o mais típico sentimento dos brasileiros.

As suspeições que se tornaram públicas foram acompanhadas de um curioso pormenor: com poucas exceções, foi evitada a palavra definidora do suposto — atentado. Os pedidos de investigação criteriosa, especial, meticulosa, indispensável, e por aí, jorraram com rapidez, entre o exótico pudor vocabular e o impulso dado pelas circunstâncias.

Teori Zavascki era, sim, passível de sofrer um atentado. Embora o Brasil não tenha tradição em atentados políticos fora dos períodos ditatoriais, como a têm os Estados Unidos e alguns países latino-americanos.

Havia o risco e a consciência dele: além do seu recolhimento natural, o relator da Lava Jato contava com proteção pessoal constante.

As possibilidades de atentado no avião seriam remotas e propensas a outras causas, como sugerem as condições do desastre sob chuva forte, visibilidade reduzida, sem copiloto, últimos dois quilômetros de voo. Ainda assim, só uma perícia competente dará a resposta.

Mas o acréscimo aos males do desastre não espera por ela. Aqui e fora. Lá, Rodrigo Janot e Henrique Meirelles, submetidos ao frio suíço, esquentaram suas declarações com dados interessantes.

O primeiro não só negou que a La-

va Jato afaste investidores, como sustentou que “é justamente o contrário. Atrai investidores porque gera segurança jurídica”.

Entre os possíveis méritos da Lava Jato não há contribuição alguma para a segurança jurídica. Os “investidores” só vêm buscar o lucro fácil dos juros nas alturas e as pechinchas nas “liquidações” de empresas, de jazidas de petróleo e de partes da Petrobras.

Ao inverso do que Janot propaga, o escândalo que associou Lava Jato e imprensa/TV fez do Brasil, ao olhar do mundo, o país da bandalheira. A mudança do tratamento ao Brasil é drástica, o que se pode confirmar a cada dia tanto na imprensa estrangeira como na internet.

Agora, com um acréscimo arrasador: a presunção de assassinato com atentado político. Como meio de atrasar ou desviar processos da Lava Jato, a mesma que, segundo Janot, “traz segurança jurídica”.

Henrique Meirelles, por sua vez, disse lá que o crescimento econômico estará de volta já ao fim do primeiro trimestre, fim de março. O problema da segurança jurídica, vê-se, começa pela que falta às afirmações das chamadas autoridades brasileiras. Lá e cá.

Entre as louvações à memória de Teori Zavascki, a de Sergio Moro teve a relevância de atribuir ao ministro a existência da Lava Jato.

Mas a que existe não é, por certo, a Lava Jato desejada por Teori Zavascki. Foram muitas as suas críticas aos “vazamentos” dirigidos.

Não escondeu suas irritações com vários procedimentos de Moro, so-

bretudo com a gravação e divulgação de conversa da então presidente Dilma com Lula, que o ministro trancou sob sigilo de justiça.

Na véspera do recesso judicial, Teori Zavascki fez a exceção de uma breve entrevista: criticou a Lava Jato, aborrecido com o “vazamento” de delações da Odebrecht.

Para dar sentido ao que disse, Sergio Moro precisaria corrigir o criticado por Teori Zavascki.

Seria então a Lava Jato de quem, disse Moro, a fez existir. Mas talvez não fosse mais a Lava Jato de Sergio Moro.

FOLHA DE S. PAULO 22 JAN 2017

Temer aguardará novo relator para definir substituto

DOS ENVIADOS A PORTO ALEGRE
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PORTO ALEGRE

O presidente Michel Temer (PMDB) disse que só indicará um substituto para a vaga de Teori Zavascki depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) definir a nomeação de um novo relator da Lava Jato.

Questionado, durante pronunciamento, sobre a escolha de um novo ministro para a vaga, o presidente falou apenas: "Só depois que houver a indicação do relator [da Lava Jato]".

Antes, Temer definiu Teori como "um exemplo a ser seguido".

"É um homem de bem. O que o Brasil precisa cada vez mais é de homens com a têmpera, exatidão, competência pessoal, moral e profissional do ministro", disse à imprensa.

"Que Deus o conserve na nossa memória e na memória dos brasileiros."

Durante o velório, o presidente ficou junto a um dos filhos de Teori, o advogado Francisco Zavascki, e outras pessoas próximas do ministro.

"Tempos ruins. Vamos caminhando", repetiu o presidente à família.

Antes de fazer seu pronunciamento, o presidente ficou reunido com o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes.

Antes, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo de Tarso Sanseverino defendeu que o sucessor de Teori na relatoria seja escolhido "antecipadamente entre um ministro do próprio tribunal".

PAINEL

Rumo ao norte Advogados que atuam na Lava Jato já tratam o Rio como a "nova Curitiba" da operação. A aposta se dá pela ação da força-tarefa do Estado e pelo padrão de decisões recentes do juiz Marcelo Bretas, responsável, por exemplo, pela prisão de Sérgio Cabral (PMDB),

De malas prontas Há, inclusive, escritórios de advocacia com sede em Curitiba — especializados em delações premiadas, por sinal — que já começam a procurar imóveis para abrir filiais também no Rio de Janeiro.

Veja só Quem acompanha os incipientes sinais de que Eduardo Cunha pode se encaminhar para a delação premiada tem uma convicção: ela não será feita apenas com o Ministério Público, como a da Odebrecht, mas envolverá também a Polícia Federal.

In loco Em 2013, Joaquim Barbosa esteve no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, palco de motim que já matou mais de 26 presos. À frente do STF e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o ministro acompanhou uma vistoria carcerária no Estado.

Nada mudou O relatório do CNJ sobre a ação diz que Barbosa, durante a passagem pela penitenciária, "pôde confirmar o lamentável estado de abandono e precariedade". O documento destaca também "as mortes violentas" ocorridas na unidade.

tiroteio

Espero que o próximo ministro do Supremo não se preocupe com o protagonismo pessoal, mas sim com fazer justiça.

DO ADVOGADO ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA, sobre a sucessão no STF depois da morte de Teori Zavascki, relator da Lava Jato, em acidente aéreo.

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

'Nem tudo está perdido', afirma Moro, sobre o futuro da Lava Jato

No velório de Teori, em Porto Alegre,
juiz se manifesta sobre próximos passos da operação

**Ministro, morto em
desastre aéreo na
quinta, foi enterrado
no fim da tarde; para
Janot, '2016 não acabou'**

CATIA SEABRA

LETÍCIA CASADO

GUSTAVO URIBE

ENVIADOS ESPECIAIS A PORTO ALEGRE

PAULA SPERB

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
PORTO ALEGRE

O juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, disse neste sábado (21) no velório do ministro do STF Teori Zavascki que "nem tudo está perdido" quanto ao futuro da operação.

A frase foi ouvida pela **Folha** enquanto Moro conversava reservadamente com outras pessoas. Teori, morto na quinta (19) em um acidente aéreo em Paraty (RJ), era o relator da operação.

O juiz foi um dos primeiros a chegar ao velório, em Porto Alegre, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O enterro ocorreu no fim da tarde, no cemitério Jardim da Paz.

Antes, em pronunciamento, Moro repetiu que o ministro era um herói, "pela qualidade, relevância, importância dos serviços que ele prestava e a situação difícil desses processos". O juiz foi muito cumprimentado pela família de Teori.

Cinco ministros do Supremo —Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Edson Fachin, José Dias Toffoli e a presidente da corte, Cármen Lúcia, estiveram presentes.

Emocionado, Toffoli disse que não é o momento de discutir como ficará o trabalho de Teori na corte. "É uma perda pessoal que nos abala, estamos ainda sofrendo bastante", declarou.

Para Lewandowski, o colega vai fazer muita falta. "É uma grande perda. Ele era muito alegre, apesar de sério e sisudo no trabalho."

Temer chegou ao velório no início da tarde. Estava acompanhado dos ministros da Justiça, Alexandre de Moraes, das Relações Exteriores, José Serra, da Casa Civil, Eli-seu Padilha e do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra), além do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

Também estiveram na cerimônia o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, políticos gaúchos, como o ex-governador Tarso Genro (PT) e o ex-senador peemedebista Pedro Simon.

"Inacreditável. 2016 não acaba. É a era de Aquarius ao inverso", disse Janot à **Folha**.

O caixão do ministro foi coberto com a bandeira nacional e foram posicionados dois telões ao lado do corpo com fotos da carreira dele.

Em conversas durante o velório, Francisco Zavascki, filho do ministro, repetia que não sabe como aguentará a morte do pai.

O professor Danilo Knijnik, da faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disse que a morte de Teori é "um vazio que não será preenchido, mas não será esquecido".

O ministro se formou em direito, fez mestrado e doutorado na universidade federal e também lecionou na instituição.

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Desastre aéreo expõe falha na segurança de ministros

Teori não informou ao STF que viajaria em avião particular para Paraty

**Tribunal tem setor que
avalia riscos, mas os
membros não precisam
informar sobre seus
voos e deslocamentos**

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A morte do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki na queda de um avião particular a poucos minutos do pouso em um aeroporto pequeno que não opera por aparelhos nem possui torre de controle, e em dia de chuva, expõe a fragilidade da segurança de ministros dos tribunais superiores.

Indagado pela **Folha**, o STF confirmou nesta sexta (20) que Teori não informou à Secretaria de Segurança do STF sobre o voo em Paraty.

A exemplo dos outros ministros do STF, ele não precisava informar previamente à área de segurança sobre seus deslocamentos aéreos.

Sem isso, a Secretaria de Segurança não teve como fazer uma análise dos riscos envolvidos num dia de chuva como quinta (19), nem aconselhar o ministro sobre outros meios de transporte.

O órgão, comandado por uma delegada da Polícia Federal nomeada pela presidente do tribunal, Cármen Lúcia,

tem por finalidade desenvolver “as atividades de segurança patrimonial, eletrônica, de ministros em atividade e aposentados”.

Uma unidade vinculada a ela deve “coordenar os procedimentos de viagem de ministros e autoridades do tribunal, assegurar a segurança pessoal dos ministros”.

O STF informou à **Folha** que antes do voo de quinta a assessoria de Teori pediu um apoio diretamente à representação da segurança do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em São Paulo, mas o trabalho se resumiu a pegá-lo no aeroporto de Congonhas e deixá-lo no Campo de Marte.

Além de Teori ter sido ministro do STJ de 2003 a 2012, o Supremo tem uma parceria com o STJ para dar assistência aos ministros na chegada e saída de aeroportos de São Paulo e Rio de Janeiro.

“Nos Estados brasileiros, o STF conta com o apoio da segurança oferecida por outros órgãos do Judiciário. Na data de ontem [quinta-feira], o ministro Teori Zavascki teve acompanhamento de representação da segurança do STJ até o embarque na aeronave que depois se acidentou”, informou o STF.

Procurado pela **Folha**, o STJ confirmou que o trabalho foi de transporte entre aeroportos. Indagado se o ministro havia consultado a representação do STJ sobre a segurança do voo, o tribunal respondeu apenas que “informações ligadas aos protocolos de segurança adotados não poderão ser fornecidas por razões de segurança”.

Não é a primeira vez que a segurança dos ministros do Judiciário fica na berlinda. Em outras oportunidades, foram vítimas da violência urbana e não contavam com aparato de segurança.

Em 2003, o ministro do STF Luiz Fux, então do STJ, foi espancado com coronhadas e até marretadas no rosto e em um dos joelhos por um grupo de assaltantes que invadiu seu apartamento, no Rio de Janeiro.

Um ano depois, o ministro do STF Marco Aurélio Mello teve que entregar seu relógio para um assaltante montado numa moto, em São Paulo.

Em 2010 o então presidente do STF, Gilmar Mendes, teve um cordão de ouro roubado enquanto caminhava por um calçadão em Fortaleza.

CONTINUA

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em outro caso, os ministros estavam com escolta, mas isso não impediu o assalto. Em 2006, a então vice-presidente do STF, Ellen Gracie, e Mendes foram alvos de um arrastão, no Rio.

Em 11 de abril do ano passado, a segurança do tribunal localizou um aparelho de escuta ambiental desativado no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso. O STF nunca divulgou se chegou a alguma conclusão sobre como foi possível a instalação de um aparelho do gênero na corte.

PROTOCOLO

A assessoria do STF informou que possui um protocolo de segurança para os ministros, que costuma orientá-los sobre procedimentos relativos à sua segurança e que “caso fosse constatado qualquer risco em voos” dos ministros, eles “seriam devidamente alertados”. “A atuação da Secretaria de Segurança, seja na forma de orientação, acompanhamento ou informação, abrange sistematicamente os vários aspectos das rotinas das autoridades”, informou o tribunal.

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

MARCO AURÉLIO MELLO

Ele preservava o bom humor e atuava com desassombro. Para ele, processo não tinha capa, tinha conteúdo
Ministro do STF

SÉRGIO MORA

Foi um grande magistrado e um herói brasileiro. Exemplo para todos os juizes, promotores e advogados deste país. Sem ele, não teria havido a Operação Lava Jato
Juiz federal, responsável pelos processos oriundos da Operação Lava Jato na primeira instância

Espero que seu legado de serenidade, seriedade e firmeza na aplicação da lei, independente dos interesses envolvidos, ainda que poderosos, não seja esquecido
Idem

MARCIO ADRIANO ANSELMO

Esse "acidente" deve ser investigado a fundo
Delegado federal, um dos principais investigadores da Operação Lava Jato

TOMISLAV BLAZIC

O pessoal que está trabalhando no roteiro está chocado
Produtor do filme "Polícia Federal: A Lei É para Todos", inspirado na Lava Jato, sobre a morte do ministro. Segundo ele, todo o roteiro deverá ser repensado

REBECA GRYNSPAN

Antigamente, sabíamos os nomes dos generais, hoje sabemos os nomes de juizes e procuradores
Responsável pela Secretaria Geral Iberoamericana, em Davos, sobre Rodrigo Janot e a Operação Lava Jato

22 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

União devolve a Estados 891 presos em 5 anos

Para autoridades, ação fortalece criminosos, que fazem contato com outros líderes de facção e disputam poder na volta

Transferências têm sido adotadas como saída a chacinas; governo federal diz que monitora os detentos

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA
FABRÍCIO LOBEL
DE SÃO PAULO

Como principal resposta a rebeliões em presídios, os governos estaduais transferiram para as quatro penitenciárias federais nos últimos cinco anos um total de 1.414 detentos considerados líderes de facções criminosas. Desse total, 891 foram devolvidos aos Estados no período, segundo dados do Depen (Departamento Penitenciário Federal) obtidos pela **Folha**.

As transferências de líderes têm sido adotadas pelos governos federal e do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte como solução imediata para as chacinas ocorridas desde 1º de janeiro nos três Estados — como a última delas em que 26 morreram em um só dia na disputa entre facções no presídio de Alcaçuz (RN).

O entra e sai deles, porém, pode ter o efeito colateral de fortalecer as lideranças e as facções, avaliam autoridades.

A lei que estabelece os critérios para transferência, de 2008, prevê que o preso só fique no presídio federal por um prazo de até 360 dias, renovável “excepcionalmente, quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem”.

Segundo o Depen, os detentos têm ficado, em média,

dois anos nas unidades federais. Depois disso, regressam aos Estados dos quais foram retirados emergencialmente.

Quando retorna, segundo as autoridades, o “preso federal” volta com mais poder e conhecimento das facções. Nos presídios da União, pode frequentar o mesmo horário do banho de sol de outros líderes de sua facção, por duas horas diárias, o que facilita a troca de informações.

“Ele volta com status maior. Ele tem os contatos, volta com uma facção que já existe ou até cria outra”, diz o juiz de execução penal de Manaus Luís Carlos Valois.

Para o juiz federal Walter Nunes da Silva Júnior, corregedor do presídio federal de Mossoró (RN), o preso “sai do sistema federal com status”.

Outro problema é a definição de quem é de fato líder. Estados estariam transferindo presos que tiveram alguma participação nas mortes e rebeliões, mas não eram líderes.

Para Edilson Gonçalves Filho, defensor público que atua no presídio de Mossoró, as transferências são feitas a partir de indícios e “muitas vezes não há prova de que é realmente um líder”.

“Só pode entrar em presídio federal quem efetivamente for liderança. Se ingressar outro que não é líder, ele sai com potencial de liderança”, avalia o juiz Silva Júnior.

Quando o preso líder sai do presídio, sua função como “representante” de alas é ocupada por outro detento.

“Em todo presídio há um

líder’ de ala. Quando esse líder sai, há um vácuo de poder, preenchido por outro preso. Quando o preso volta, existe uma briga de poder. Ele quer buscar seu espaço que foi ocupado”, diz Valois.

OUTRO LADO

O secretário de Justiça de Roraima, Uziel Castro, que enviou dez presos a presídios federais após a chacina de 33 detentos em Boa Vista, diz que transferências são “altamente positivas”. “[Os presos] voltam mais disciplinados e continuam com a liderança deles. Há certa reverência pelos presos mais jovens, mas eles voltam mais equilibrados.”

O Depen informa que “a identificação de lideranças ocorre inicialmente pelos sistemas prisionais estaduais, como fundamento legal à solicitação de transferência”.

A coordenação de inteligência, diz o órgão, “passa a monitorar a atuação de tais indivíduos durante o período de suas custódias nas penitenciárias federais, com o propósito de identificar seus papéis de liderança, as redes de atuação extramuros e a expressividade desempenhada na cadeia de comando da facção”.

Os secretários de Segurança do AM e do RN não foram localizados para comentar. Neste sábado (21), contêineres foram colocados em Alcaçuz para separar os presos rivais. Um muro será feito.

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Filho de juiz diz que recebia telefonemas com ameaças

Advogado pede apuração que para que 'não haja dúvida' sobre acidente

'Era uma coisa que preocupava a gente e ele, pelos interesses todos envolvidos', diz Francisco Zavascki

PAULA SPERB

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM PORTO ALEGRE (RS)

Por causa da "gravidade das coisas" e das "pessoas envolvidas" nas delações da Lava Jato, o ministro Teori Zavascki, 68, andava preocupado. É o que contou à **Folha** o seu filho mais novo, o advogado Francisco Zavascki, 37.

Teori estava prestes a homologar as 77 delações da Odebrecht, o maior acordo de colaboração da Lava Jato, quando morreu em um acidente de avião na quinta (19).

As revelações de funcionários da construtora envolvem figuras importantes da política nacional, de diversos partidos. O presidente Michel Temer foi citado 43 vezes no relato já divulgado de Cláudio Melo Filho, ex-vice-presidente de Relações Institucionais da empreiteira.

Antes da queda do avião de Teori, a família já temia pela segurança porque ameaças não eram raras, especialmente para os familiares do ministro. Leia trechos da entrevista concedida nesta sexta-feira (20).

Folha - Seu pai demonstrava estar muito envolvido com o trabalho, por causa da delação da Odebrecht?

Francisco Zavascki - Ele tirou uns dias de férias em que se propôs a não falar de trabalho. Agora já tinha dado por encerradas férias e estava com a cabeça no trabalho, já estava preparando a homologação.

Ele estava preocupado com o resultado? Estava confiante?

O que ele me comentou é que estava muito preocupado pela gravidade das coisas de que ele tinha tido conhecimento nas delações e pelas pessoas envolvidas.

Ele citava nomes ou te contava detalhes?

Não. Ele sempre foi muito reservado e eu sempre fiz questão de não querer saber muito para quando me perguntassem, eu não precisasse mentir. Eu não sabia mesmo.

Circulou na internet um comentário seu postado em uma rede social dizendo que "se algo acontecesse a sua família vocês já sabem onde procurar". Seu pai comentou sobre receber ameaças nesse período?

A gente teve várias coisas

assim [ameaças], como mensagem por rede social, e-mail, telefone e tal. De receber ligação, de tudo.

As ameaças eram diretamente para seu pai ou para a família?

Pra gente era mais, especialmente. É muito chato. Era uma coisa que realmente preocupava a gente e ele também, pelos interesses todos envolvidos [na Lava Jato]. A gente ficou bastante preocupado.

Em 2016, um grupo ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL) colocou faixas no prédio do seu pai, chamando-o de traidor, e bateram painéis enquanto o chamavam de "bolivariano". Ele ficou abalado?

Não. Mas a gente ficou preocupado de alguém fazer uma bobagem. Sobre o protesto em si, quer protestar, protesta. Mas as pessoas não entenderam naquele momento o que é que estava sendo realmente decidido. O protesto em si não teve problema. O medo era de alguém fazer justiça com as próprias mãos, né.

CONTINUA

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sobre o acidente, o que você acha que aconteceu?

[Suspiro] Não tenho nenhum dado para dizer que não foi acidente. Tem que ser investigado, muito seriamente, mesmo. A família está convocando todo mundo a acompanhar, especialmente vocês da imprensa que têm um papel fundamental que tem sido exercido ao longo desse período. Convocando todas as instituições que puderem colaborar para que não se tenha dúvidas sobre o que aconteceu, seja lá o que aconteceu. A gente não tem “acho isso ou aquilo”. Até porque seria leviano a gente começar a dizer uma coisa ou outra nesse momento.

Como seu pai usava o tempo livre em Porto Alegre?

Ele encontrava os amigos. Geralmente, no sábado, tinha almoço com os filhos e netos. Aproveitava para sair do circuito de Brasília, dava uma “desligada” e conseguia ficar mais quieto. Também tinha a confraria dos amigos dele, se encontravam em uma churrascaria, a “velha guarda” dele aqui, do tempo da faculdade.

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Morte de ministro nos dá mais tempo, diz Padilha

PAULA SPERB

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PORTO ALEGRE (RS)

O ministro da Casa Civil, Eli-seu Padilha (PMDB), disse na manhã desta sexta-feira (20), em Porto Alegre, que a morte do ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), vai dar “mais tempo” para a homologação das delações da Odebrecht.

“A morte, por certo, vai fazer com que a gente tenha, em relação à Lava Jato, um pouco mais de tempo agora para que as chamadas delações sejam homologadas ou não”, disse Padilha, após se reunir com o governador José Ivo Sartori no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.

As 77 delações, que estavam prestes a serem homologadas por Teori, fazem parte do maior acordo de colaboração da Lava Jato.

O presidente Michel Temer (PMDB) foi citado 43 vezes em uma das delações, feita por Cláudio Melo Filho, ex-vice-presidente de Relações Institucionais da Odebrecht.

De acordo com Padilha, braço-direito do presidente, Temer deve indicar um substituto para Teori “com a maior brevidade possível” (leia mais acima). O presidente já começou avaliar nomes.

A possibilidade de os depoimentos dos executivos da Odebrecht se tornarem públicos preocupa políticos que serão alvo das acusações, entre eles parlamentares e integrantes do primeiro escalão do governo Temer. A expectativa era que Teori tirasse o sigilo dos depoimentos já em fevereiro.

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Corte Interamericana pede apuração cuidadosa de acidente

Entidade lembra que ministro do STF ocupava função relevante
como relator de 'processos fundamentais para a vida nacional'

A Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou, em nota, esperar “uma investigação especialmente cuidadosa e célere sobre as circunstâncias do desastre” que matou o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, relator da Lava Jato, nesta quinta (19).

“Em virtude da relevante posição de ministro do Supremo Tribunal Federal em pleno exercício e relator de processos fundamentais para a vida nacional, espera-se uma investigação especialmente cuidadosa e célere sobre as circunstâncias do desastre ocorrido”, diz o texto, assinado pelo presidente da corte, Roberto F. Caldas.

A nota também expressa consternação e “solidariedade à família e aos excelentíssimos colegas enlutados”.

Juiz do STF desde 2012, Teori era responsável pelos casos da Lava Jato que envolvem pessoas com foro privilegiado, como congressistas e ministros. Ele trabalhava na fase final da análise da homologação da delação da Odebrecht, o maior acordo de colaboração da operação.

FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicou em suas redes sociais nesta sexta (20) mensagem na qual diz ter ficado “chocado e entristecido” com a morte do ministro Teori.

No texto, FHC lembra que foi ele quem indicou o ministro para seu posto anterior, no STJ (Superior Tribunal de Justiça). “Estou chocado e entristecido com a morte (...).

Foi um grande magistrado a quem tive a oportunidade de nomear para o STJ em função de seu saber e competência técnica”, escreveu.

“No difícil período pelo qual passamos, a conduta isenta e competente do ministro Teori ajudou os brasileiros a confiar na Justiça”, elogiou FHC.

O ex-presidente disse ainda ter “convicção de que o STF saberá honrar sua memória [de Teori] mantendo a mesma linha de conduta que o caracterizou, de respeito às leis, à moralidade, aos interesses da democracia”.

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer inicia consultas para escolher sucessor de Teori

Ele tende a esperar Cármen Lúcia decidir quem será o relator da Lava Jato

Advogados acreditam que escolha de responsável pela operação no STF deverá ser feita por sorteio

Um dia após a morte do ministro Teori Zavascki, o presidente Michel Temer iniciou as tratativas para escolher um substituto ao cargo que ficou vago no plenário do STF (Supremo Tribunal Federal).

A indicação do novo ministro da corte, porém, causou divergências no núcleo do governo e o presidente cogita anunciar o nome apenas depois que a presidente do tribunal, Cármen Lúcia, decidir quem assumirá o lugar de Teori na relatoria da Lava Jato.

A aliados Temer disse que o xadrez o deixaria mais confortável e o blindaria de especulações sobre o Palácio do Planalto querer interferir nas investigações.

Apesar disso, Eliseu Padilha (ministro da Casa Civil) e Moreira Franco (secretário de Parcerias de Investimentos) defendem celeridade no processo, enquanto Grace Mendonça (Advocacia-Geral da União) e Alexandre de Moraes (Justiça), ambos cotados para o STF, afirmam que ainda não é hora da escolha.

“É um momento de dor e consternação. Não é hora de

se tratar disso, não é o momento oportuno”, disse Grace à **Folha**.

A ministra se reuniu com Temer na sexta, mas afirmou que discutiu com o presidente apenas a renegociação das dívidas da União com o Estado do Rio. Grace negou ainda que tenha conversado com Temer sobre a possibilidade de ser ela a substituta de Teori.

Além de Grace e Moraes, que se movimentam desde o governo de Dilma Rousseff para assumir uma cadeira no STF, auxiliares de Temer afirmam que o ex-procurador do Ministério Público de São Paulo Luiz Antônio Marrey figura na bolsa de apostas para o lugar de Teori na corte.

Ligado a tucanos como o ministro José Serra (Relações Exteriores) e o ex-governador paulista Alberto Goldman, Marrey foi procurador-geral do Estado de São Paulo por três mandatos e Secretário de Justiça do governo paulista de 2007 a 2010.

Há ainda um grupo no governo que defende que Temer só indique um novo ministro em meados de fevereiro, passado o luto pela morte de Teori e a eleição para a presidência do Senado e o comando da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), responsável por sabatinar e aprovar o

nome do indicado.

Aliados de Temer afirmam que, diferentemente de Dilma, que delegava o processo de escolha a seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a poucos aliados, Temer deve conduzir pessoalmente a indicação do novo ministro do STF, com consultas a seus conselheiros mais próximos.

Teori Zavascki era o relator no Supremo da investigação que abarca políticos e empresários. Seria ele o responsável por homologar a delação de 77 executivos da Odebrecht, considerada a colaboração mais explosiva da Lava Jato, que cita Temer, além de Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a **Folha** apurou, a tendência é que Cármen Lúcia recorra a uma solução interna para definir o relator da Lava Jato no STF e redistribua o processo em sorteio na 2ª Turma, da qual Teori fazia parte.

O colegiado hoje é composto pelo decano, ministro Celso de Mello, além de Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

CONTINUA

INCRTEZA SOBRE A LAVA JATO NO STF

Substituto na relatoria dos casos está indefinido

CONTINUAÇÃO

COTADOS PARA A VAGA QUE SERÁ DECIDIDA POR TEMER

Advogados ouvidos pela **Folha** acreditam que a resolução deve ser por sorteio, e não uma escolha monocrática de Cármen Lúcia. Eles dizem que a presidente do Supremo, caso entregasse a relatoria ao ministro mais antigo da corte, Celso de Mello, hipótese que foi levantada entre pessoas do Judiciário, poderia passar a ideia de que o tribunal pode ser parcial.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello concorda com a tese de redistribuição da relatoria, por sorteio, entre os ministros da 2ª Turma.

“Nós teremos a redistribuição observando onde estão os processos, em que órgão. Se forem da turma, [sorteia-se] entre os quatro remanescentes da turma. No pleno, tem que decidir se há prevenção daquele sorteado ou não. Agora, tudo sob o ângulo democrático e republicano, mediante sorteio. Não dá para designar um relator ‘ad hoc’, içado para o caso concreto”, disse o ministro à **Folha**.

Já a ex-ministra do STF Ellen Gracie, que se reuniu com Temer nesta sexta, afirmou que a corte encontrará “a fórmula mais adequada” para definir quem ficará com a relatoria da Lava Jato.

“O regimento interno tem as suas normas próprias para substituições nesses casos, que já ocorreram antes”, disse Ellen, que, em maio de 2016, quando Temer assumiu como presidente interino, foi cotada para comandar o Ministério da Justiça ou da Transparência, mas recusou.

(GUSTAVO URIBE, DÉBORA ÁLVARES, MARINA DIAS E REYNALDO TUROLLO)



Luiz Antonio Marrey

Ex-procurador do Ministério Público de SP



Grace Mendonça

Advogada-geral da União



Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça



Alexandre de Moraes

Ministro da Justiça



Ives Grandra Filho

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Heleno Torres

Advogado e professor da USP



Marcus Vinicius


Advogado, defende o presidente Temer




Bruno Dantas

Ministro do Tribunal de Contas da União

POSSIBILIDADES PARA A RELATORIA

 Um novo ministro, indicado pelo presidente Michel Temer e sabatinado no Congresso para a vaga de Teori, assume a relatoria dos casos ligados à Lava Jato

 A presidência do Supremo redistribuiu o caso entre juizes da mesma turma de Teori na corte. Nessa turma está Celso de Mello, revisor do caso

Regras para a transição de um ministro para outro no STF têm de ser seguidas

Regimento prevê que casos de um integrante devem ser transferidos para o membro sucessor

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA
ESPECIAL PARA A FOLHA

A função de ministro do Supremo Tribunal Federal costuma ser de longo prazo.

Sem mandato fixo, um ministro pode ficar décadas atuando no tribunal. Mesmo assim, não é incomum ocorrer a substituição. Nos últimos dez anos, por exemplo, 6 dos 11 ministros foram substituídos, por aposentadoria ou falecimento. Em se tratando de um processo constante de renovação, há regras para lidar com a transição de um ministro para outro.

O regimento interno do STF prevê que, na hipótese de morte, renúncia ou aposentadoria de algum ministro, os casos deverão ser redistribuídos ao ministro que será nomeado para sua vaga, o ministro sucessor.

O processo de nomeação de um novo ministro envolve a indicação de um nome pelo presidente da República e uma sabatina no Senado.

Não é um processo complexo, mas pode levar algum tempo, sobretudo para que a sociedade conheça o candidato e tenha condições de aferir sua trajetória. Enquanto o novo ministro não assu-

me, os casos ficam aguardando por alguns meses.

Entretanto, há demandas que, por sua natureza urgente, não podem esperar, sob risco de se tornar inócua a prestação jurisdicional.

O regimento interno do Supremo também lida com essas hipóteses, permitindo a distribuição dos casos urgentes para algum ministro que já componha o tribunal. Os pedidos de liberdade, as ações contra abuso de poder, as medidas liminares e as ações penais que corram risco de prescrever podem ser redistribuídos, sem aguardar a posse de um novo ministro.

Com a morte do ministro Teori Zavascki, o destino dos inquéritos e ações penais relacionados à Operação Lava Jato passou para o centro do debate público.

Não se trata propriamente de dúvida jurídica, já que há regras claras sobre o que fazer quando um ministro é substituído. Os processos da Lava Jato não estão prestes a prescrever e não há um direito em risco. É um caso excepcional politicamente, mas não juridicamente. Seguindo as regras, o correto seria aguardar um novo ministro.

Mesmo assim, há um movimento para que algum ministro que já faça parte do Supremo assumira os casos, o que seria justificado pela desconfiança com o ministro a ser indicado, sobretudo se as delações mais recentes envolverem o presidente e a alta cúpula do seu governo. Seria temerário permitir que um potencial investigado indique o seu juiz e que senadores réus participem de sua sabatina.

Esses problemas não serão resolvidos com interpretação de regimento. Se não há confiança na isenção do presidente para indicação de um ministro, este deve ser barrado e o presidente, investigado. Se senadores são interessados no resultado da sabatina de um ministro do STF, devem ser impedidos de votar.


No ápice de uma crise institucional, as regras devem ser fortalecidas e o processo de nomeação de um ministro deve ser o mais transparente possível, afastando-se qualquer dúvida sobre favorecimentos e tentativas de frustrar as investigações.


CONTINUA


21 JAN 2017


FOLHA DE S. PAULO


O PAPEL DO STF NA LAVA JATO

 Menções a pessoas com prerrogativa de foro, como ministros e congressistas, precisam de aval do Supremo para serem investigadas

 A relatoria dos casos da Lava Jato ficava sempre com o mesmo ministro, Teori Zavascki


 Ao ministro cabia autorizar a abertura de inquéritos contra esses políticos, após pedido da Procuradoria-Geral da República

 Após o fim das investigações, o ministro também é o primeiro a analisar as denúncias produzidas pela Procuradoria-Geral da República e dar o seu voto sobre a abertura de ações penais na corte. Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi o primeiro político com foro a se tornar réu na Lava Jato, em março de 2016

 Ao ministro também caberia homologar os acordos de colaboração que envolvessem menções a políticos com foro privilegiado

OS PRÓXIMOS PASSOS

 Com a homologação das delações da Odebrecht, os depoimentos seriam tornados públicos. A Procuradoria-Geral da República poderia então pedir a abertura de inquéritos sobre os políticos mencionados nos relatos dos delatores. A autorização viria do ministro relator

 Só após o fim dessas investigações e a apresentação da denúncia, o Supremo decidiria sobre a abertura de ação penal

CONTINUAÇÃO

Dar um jeitinho no regimento traria a excepcionalidade política da Lava Jato para dentro do tribunal, rompendo com a basilar noção de isonomia e imparcialidade da justiça. Todo o esforço em se combater a corrupção praticada por poderosos compartilhada da ideia de que a lei deve ser aplicada a todos indistintamente, sejam senador, deputado, empresário ou trabalhador. Tratar uma ação penal como a Lava Jato, de forma excepcional é assumir que as instituições não resistem aos poderosos.

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA
é professora da FGV Direito SP

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

República de gambiarras

SÃO PAULO. É lamentável a morte do ministro do STF Teori Zavascki. Para além da perda de uma vida, que sempre tem valor intrínseco, o Supremo fica sem um de seus membros mais produtivos e equilibrados. Parece-me um tremendo exagero, porém, afirmar que o desaparecimento do ministro constitua um revés para a Lava Jato, da qual era o relator na instância máxima.

A menos que o Brasil seja inapelavelmente uma república de bananas, onde eventuais avanços só ocorram por vontade e graça de “heróis” individuais, sem espaço para ações institucionais — hipótese em que deveríamos todos procurar um país civilizado para imigrar —, o que de pior pode acontecer com a Lava Jato é que sofra um atraso de um ou dois meses, e apenas na parte que corre no STF. É chato, mas está longe de ser o fim do mundo ou da operação.

Parece-me mais correto descrever o Brasil como a república das gambiarras, onde as instituições vêm pouco a pouco se fortalecendo, mas conchavos, acertos políticos e contas de chegada muitas vezes prevalecem, ainda que sempre tentando satisfazer a letra da lei, mesmo que não seu espírito. Mais uns 50 ou 100 anos talvez nos tornemos um país sério.

Até lá, o STF tem uma decisão importante para tomar. Pela regra geral, a relatoria da Lava Jato caberia a quem for indicado pelo presidente Michel Temer para substituir Teori e seja aprovado pelo Senado. Apliquemos-na nas circunstâncias atuais, em que o próprio Temer, membros de sua equipe e boa parte dos senadores aparecem como possíveis investigados na Lava Jato, configuraria uma violação ao princípio do juiz natural.

Felizmente, o regimento do STF oferece alternativas. Há uns três ou quatro caminhos legais para designar a relatoria a um dos ministros da corte. Convém mesmo utilizar um deles. Mas o simples fato de haver tantas possibilidades de contornar a regra geral é a prova de que vivemos na república das gambiarras.

21 JAN 2017

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Confessando o inconfessável

RIO DE JANEIRO-Nelson Rodrigues chegou da rua e sua mulher lhe deu a notícia: “Sabe quem morreu? O Guimarães Rosa. O rádio acabou de dar”. Arriscou: “Desastre?”. E ela: “Coração”. Nelson foi para a varanda e, contemplando o perfil noturno dos prédios de Ipanema, constatou horrorizado que aquela notícia lhe dava uma secreta, inconfessável satisfação. Sim, ele tinha inveja do sucesso, do prestígio e até da pose de Guimarães Rosa. Inveja literária.

Bem, como ficamos sabendo disto? Porque o próprio Nelson nos contou, em sua coluna “Confissões de Nelson Rodrigues”, que ele começara a publicar no “Globo” naqueles dias de 1967. Um amigo meu indignou-se: “Como alguém pode ter um sentimento tão baixo?”. Outros, como eu, viram a coisa de modo diferente: o sentimento era, de fato, baixo, típico do ser humano. Mas a disposição de admiti-lo (e por escrito, para centenas de milhares de leitores) revelava grandeza. Quantos são capazes de confessar o inconfessável?

Essa história de Nelson me ocorreu ao saber da morte do ministro Teori Zavascki. Ela aconteceu às vésperas da homologação pelo juiz das delações dos executivos da Odebrecht, capazes de comprometer centenas de políticos. Perguntei-me quantos destes políticos não sentiram a mesma secreta e inconfessável satisfação ao ouvir a notícia da queda do avião. E quantos ainda, entre estes, teriam a dignidade de admiti-la publicamente, como Nelson Rodrigues.

Não que a morte de Teori vá aliviá-los de alguma maneira. As delações já foram tomadas, os processos continuarão correndo e, espera-se, o rigor de Teori terá impregnado cada membro da equipe que continuar a investigação.

Naquela mesma noite, de pé na varanda, ao pensar na integridade literária de Guimarães Rosa, Nelson converteu-se a ele e sentiu-se intimamente um pulha por ter reagido daquela forma à sua morte.

FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

Efeitos do atraso na Lava Jato

BRASÍLIA - Não há dúvidas entre procuradores, Polícia Federal, magistrados e investigados de que a Lava Jato sofrerá atraso com a morte de Teori Zavascki. Seja qual for o novo relator no STF, precisará de tempo para analisar a delação da Odebrecht e a penca de inquéritos que tramitaram nas mãos de Teori.

Daí prever que a maior investigação sobre corrupção da história do país fica ameaçada sem a presença de Teori, são outros quinhentos. A Lava Jato nunca dependeu exclusivamente do ministro do STF e, mesmo que a relatoria na corte caia no colo de um indicado de Temer, não significa que o escolhido vai abafar a bomba atômica da operação.

É cedo para conclusões. A trágica morte de Teori, por exemplo, pode ter um efeito de tornar irreversível a homologação dos acordos de delação dos 77 executivos da Odebrecht.

Se depender do que pensa hoje a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, o novo relator será escolhido entre os demais membros da 2ª Turma do tribunal, da qual Teori fazia parte.

Indicado de Temer ou um atual ministro, o próximo responsável pela Lava Jato terá de fazer um contorcionismo jurídico e ter disposição de encerrar um constrangimento para barrar a delação. Afinal, segundo procuradores, são horas de gravação de depoimentos de executivos contando como funcionou o esquema de desvio de dinheiro para pagar propina.

Havia expectativa de que parte deste material fosse tornada pública por Teori em fevereiro. E esse é o dano imediato decorrente de sua morte: a demora na divulgação do teor da colaboração e nos pedidos de investigação contra os implicados.

Dois deles, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira, podem ser eleitos daqui a menos de duas semanas para presidir a Câmara e o Senado. Personagem recorrente da delação, o senador Renan Calheiros deixa o comando da Casa cotado para assumir a Comissão de Constituição e Justiça, a mesma que vai sabatinar o substituto de Teori e votar sua indicação.

21 JAN 2017

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Desolação e urgência

Não será fácil encontrar substituto à altura de Teori, ministro que se caracterizou por um senso de equilíbrio raro mesmo dentro do STF

A tragédia aérea que vitimou o ministro Teori Zavascki e outras quatro pessoas priva o país de um magistrado que, no Supremo Tribunal Federal, se destacava por sua compostura, diligência e correção.

Como poucos, Teori resistiu às seduções dos holofotes. No plenário ou fora dele, não pautava sua atuação pelos apetites da plateia ou por vaidades pessoais — e muito menos pelo espírito de polêmica que infelizmente contamina alguns membros daquela corte.

A desaparecimento desse juiz exemplar provocou sentimentos quase unânimes de perplexidade e desalento, tanto pelas brutais circunstâncias em que se deu como pelo fato de Teori comandar os processos ligados à Operação Lava Jato no STF. Dezenas de delações de ex-executivos da Odebrecht seriam homologadas nos próximos dias.

O papel crucial do ministro como relator desse caso impõe que se investiguem depressa e com especial esmero as causas de sua morte, de modo a afastar qualquer motivo para raciocínios conspiratórios.

Também se coloca com extrema urgência outra questão: quem assumirá a condução da Lava Jato?

Em condições normais, tal atribuição caberia a seu sucessor na corte, ainda a ser indicado pelo presidente Michel Temer (PMDB) e aprovado pelo Senado.

Em circunstâncias excepcionais, se a nomeação não ocorrer em até 30 dias, faculta-se à presidência do

Supremo redistribuir entre os demais ministros a relatoria dos processos pendentes.

Existe, ademais, um precedente de redistribuição antes do prazo estipulado pelo Regimento Interno do STF. Em 2009, dois dias depois da morte do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, o então presidente da corte, Gilmar Mendes, transferiu a colegas a relatoria dos processos prementes.

Sabendo que não haverá solução perfeita, a presidente Carmen Lúcia precisará dizer se o acervo de Teori será sorteado entre os membros do STF — nesse caso, o ideal é que todos participem do sorteio — ou repassado ao novo integrante.

Não se vive, escusado dizer, situação rotineira com os interesses de poderosos abalados pela Lava Jato. Mesmo num tribunal de excelência como o STF, poucos magistrados, além de Teori, demonstraram nos últimos tempos uma atuação serena e desengajada.

Por outro lado, inevitavelmente existirão reservas em relação a um ministro que seja indicado por Temer, cujo nome é mencionado 43 vezes em uma das delações da Odebrecht, e aprovado pelo Senado, onde ao menos 12 parlamentares estão implicados nas investigações.

Independentemente do desfecho que se dê ao impasse na relatoria do caso, uma coisa é certa: não será fácil encontrar um substituto à altura de Teori Zavascki.

O futuro ministro do STF estará sob atento escrutínio da opinião pública, pronta a identificar e a repudiar qualquer nome suspeito de partidarismo ou conivência com um estamento político disposto a tudo para manter intactos seus esquemas de corrupção.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

AMANHÃ É OUTRO DIA

Além de lançar incertezas sobre o futuro da Operação Lava Jato, a morte do ministro Teori Zavascki deixa em alerta grupos que acompanham o processo sobre descriminalização do porte de drogas, em tramitação no STF (Supremo Tribunal Federal).

SOBRE A MESA

Zavascki havia pedido vista do caso em setembro de 2015, o que suspendeu sua tramitação. Até o ano passado, ele vinha afirmando que liberaria o processo para julgamento em breve. Os autos da ação voltaram para o gabinete do ministro dois dias antes do acidente de avião.

NO EMBALO

Entidades e especialistas que lidam com a questão esperam que a morte de Zavascki não retarde ainda mais a análise. Dois ministros já votaram a favor da descriminalização do porte apenas de maconha. Com a crise penitenciária, defensores de uma mudança na lei como forma de combater a superlotação das cadeias passaram a cobrar dos três poderes urgência na discussão sobre o tema.

É ELE

Uma série de mobilizações foi lançada na internet nas horas seguintes à morte de Teori Zavascki. O tema mais repetido nos abaixo-assinados criados em sites como Change.org, Avaaz e Petição Pública é o pedido para que o juiz Sérgio Moro seja indicado para a vaga dele no Supremo.

CENÁRIO

No Avaaz, usuários fazem campanha para que o subprocurador geral da República Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça de Dilma Rousseff, ocupe o posto na corte.

No Petição Pública, a vontade é a de que Cármen Lúcia, presidente do STF, tome o “gesto histórico” de assumir a relatoria da operação.

VEJA BEM

Mesmo que um dia vire ministro, Moro estaria impedido de julgar recursos relativos à Lava Jato ou a reformas de suas decisões, por ter atuado na operação policial como juiz em primeira instância.

contraponto

Solucionado está

Advogados conversavam sobre a escolha do novo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, depois da morte do ministro Teori Zavascki.

Discutiam o regimento interno da corte e a possibilidade de a presidente Cármen Lúcia indicar o colega Celso de Mello, o mais antigo integrante do STF.

— Ele seria a melhor escolha política. Mas o regimento teria de ser jogado no lixo — disse um deles.

Outro criminalista, então, emendou, aos risos:

— Dá para acrescentar mais um artigo: “considerando a hipótese de rixa interna, o presidente poderá indicar o ministro sobre o qual não paire desavenças públicas”.

21 JAN 2017

PAINEL

Sai que é sua Michel Temer tem sido aconselhado a não “desperdiçar” a vaga aberta no STF. Aliados do presidente concordam que ele precisa, sim, buscar um nome técnico — mas não pode abrir mão de escolher alguém que lhe seja fiel no futuro.

Percursos Outro grupo sugere Temer tome uma solução “rápida e sem traumas”, escolhendo um ministro do STJ — adotando o mesmo caminho percorrido por Teori.

Rol Segundo esse critério, os nomes de Luiz Felipe Salomão, Herman Benjamin, João Otávio de Noronha e Humberto Martins são citados.

Dois ou um Em conversas reservadas, ministros da corte relataram receio com a possibilidade de herdar de Teori Zavascki a relatoria dos processos da Lava Jato. Avaliam como negativa a exposição política que assumir a função fatalmente provocará.

Corpo fechado “Não é qualquer um que conseguiria tomar decisões como anular as escutas de Lula”, diz um interlocutor com trânsito em vários gabinetes do tribunal.

Longa data Dilma Rousseff ficou especialmente abalada com a morte de Carlos Alberto Filgueiras. A petista era bastante próxima do dono do hotel Emiliano e do avião que caiu levando também Teori.

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO
ENTREVISTA CARLOS AYRES BRITTO, 74

Governo tinha o dever de se antecipar à crise prisional

EX-MINISTRO DO STF DIZ QUE TITULAR DA PASTA DA JUSTIÇA DE TEMER TEM VISÃO 'REDUCIONISTA' DO PROBLEMA CARCERÁRIO

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

Cotado em maio pelo presidente Michel Temer para assumir o Ministério da Justiça, o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, 74, avalia que o atual titular da pasta, Alexandre de Moraes, tem projetado sobre a atual crise prisional uma visão "reducionista".

Em entrevista à **Folha**, Britto diz que o governo não se antecipou ao quadro atual e agora "está correndo atrás do prejuízo, meio tateando". Afirma ainda que o sistema de controle das unidades prisionais "falhou" e possibilitou a formação de uma "instância paralela de poder".

Em 15 dias, mais de 130 detentos morreram no Brasil em meio à guerra entre facções criminosas — minimizada nos últimos meses por Moraes.

Temer costuma procurar Britto para tratar de questões jurídicas. Nesta semana, os dois se reuniram para falar sobre a crise prisional. A entrevista foi realizada na quinta (19), minutos antes de Britto ser informado sobre a morte do ministro Teori Zavascki.

Folha - O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, tem feito uma boa gestão?

Carlos Ayres Britto - Gosto dele no plano pessoal, sou amigo dele e enxergo nele um

bom constitucionalista. Mas, pelo menos no que tange ao direito penal e ao sistema penitenciário, me permito dizer que ele tem projetado sobre as coisas um visual reducionista, uma visão monocular. Quando a visão autorizada pela Constituição não é essa, mas a mais abrangente possível. O visual é panfederativo e panrepublicano. Todos os órgãos do Estado estão convocados, autorizados e obrigados a atuar em parceria. O problema é sério demais para ficar entregue a um ou outro órgão público isolado.

Ele deveria, então, manter um diálogo com outros agentes públicos? É a isso que o sr. se refere como reducionista?

Ele deve entender que a matéria é séria demais para ficar apenas com os Estados. Séria demais para ficar com o Executivo e deixar o Judiciário de fora. Séria demais para ficar apenas com o Judiciário, tem de envolver Ministério Público e Defensorias Públicas. Séria demais para ficar só com o Estado, é preciso envolver a sociedade. O Estado entregue a si mesmo, sem vigília e cobrança da sociedade, só piora.

Falta um diálogo maior com a sociedade?

É. E faltou à sociedade tomar a iniciativa da conversa também. Ou seja, está faltando

nessa história o que diz Thomas Jefferson: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Como a sociedade civil reduziu o grau de vigilância sobre o Estado, o Estado entregue a si mesmo só fez piorar. Porém, os dois juntos, o Estado por ineficiência e a sociedade por omissão, estão perpetrando, em matéria de sistema penitenciário, crimes contra a humanidade.

Como o ministro pode superar a visão reducionista?

Não é que ele tem uma visão reducionista, ele dá mostras de conduzir o tema sob uma visão reducionista. É necessário um choque de Constituição Federal, porque enquanto não tivermos um roteiro objetivo, vamos ficar nesse tiroteio de subjetividade narcísica. Precisamos de um ponto de convergência, de análise e de posturas propositivas.

A questão penitenciária se tornou de primeiríssima prioridade. Neste momento, é promover a convergência imediata e total de esforços para enfrentar esse inimigo que se tornou número um.

O poder público, então, é responsável pelos massacres?

Também é responsável, porque o poder público está convivendo com um sistema paralelo de controle dos estabelecimentos prisionais. O Estado não tem de abrir mão do monopólio desse controle. Está havendo no Brasil um oligopólio quando só pode haver monopólio.

CONTINUA

21 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O sr. está dizendo que as facções também estão com poder sobre a sociedade?

Sobre os estabelecimentos penitenciários. Eles criaram um poder paralelo de administração e, às vezes, até de pessoas nem condenadas, de presos provisórios.

Como enfrentar o problema?

Há providências imediatas e mediatas. Neste momento, é formar mutirões em perspectiva panfederativa para combater o crime organizado.

Sem Estado organizado, como combater o crime organizado? O momento é de convocação de todas as forças vivas do Estado e da sociedade para o enfrentamento de um inimigo comum, que é perigosíssimo e estruturado.

Agora, mediatamente, o Estado não pode perder o visual da causa primeira da criminalidade, do encarceramento e das rebeliões, que é a desigualdade social.

O governo federal demorou para reagir à crise prisional?

Acho que não se antecipou à crise. É o dever do poder público prever, se antecipar. Está correndo atrás do prejuízo, meio tateando, mas está.

O sr. defende mudanças na legislação penal para reduzir o atual volume de prisões?

Neste momento, não. A Lei de Execução Penal é boa, prevê a progressão do regime e a humanização da pena. O que falta é cumprir.

O sr. defende a descriminalização das drogas contra a superlotação em prisões?

Há certos temas que têm um encontro marcado com a sociedade e esse é um deles. É preciso se abrir para esse entendimento de que como está não pode ficar. E que não é por criminalização, por punitivismo e por exacerbção de pena que se resolve o problema. Uma parcela que parece não desprezível gosta da fruta. Como fazer? Impedir, inibir e criminalizar? Ou dizer: vai ter acesso à fruta, agora, sob intensa contrapropaganda oficial quanto aos malefícios que esse vício causa.

Como o Estado tem agido com o cigarro e a bebida? Com intensa contrapropaganda e taxaço alta. Isso podia ser estendido às drogas, mas em escala gradativa, talvez iniciando pelas drogas mais leves.

Houve um descontrole do governo federal na situação prisional no país?

Decididamente o controle foi insuficiente, foi precário. Não vou dizer que a situação era de descontrole, não tenho elementos para afirmar isso. Mas, objetivamente, o sistema de controle falhou e possibilitou a formação de uma instância paralela de poder.

“ Não vou dizer que a situação era de descontrole. Mas, objetivamente, o sistema de controle [do governo federal] falhou e possibilitou a formação de uma instância paralela de poder [nas prisões]

“ Os dois juntos, o Estado por ineficiência e a sociedade por omissão, estão perpetrando, em matéria de sistema penitenciário, crimes contra a humanidade

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer busca ministro com perfil técnico para o STF

Governo procura indicado com trajetória parecida com a de Teori Zavascki

Aliados querem evitar que escolha transmita ideia de interferência do presidente no Poder Judiciário

GUSTAVO URIBE
LETÍCIA CASADO
CATIA SEABRA

ENVIADOS ESPECIAIS A PORTO ALEGRE

Com o receio de indicar alguém que passe a mensagem pública de interferência no Poder Judiciário, o presidente Michel Temer avalia para o STF (Supremo Tribunal Federal) nomes com perfis e trajetórias semelhantes aos do ministro Teori Zavascki.

O peemedebista tem sido orientado por assessores presidenciais e por conselheiros informais a optar por um nome técnico, apartidário e discreto, com passagem em um dos tribunais superiores do país, evitando se indispor, assim, com os demais ministros da Suprema Corte ao escolher alguém com trajetória partidária ou que integre o governo federal.

Em conversas reservadas, auxiliares e aliados do presidente passaram a citar no final de semana nomes como os de Isabel Galotti, Luis Felipe Salomão e Ricardo Villas Cueva, ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e Ives Gandra Filho, presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Além deles, o entorno do peemedebista tem lembrado do tributarista Heleno Torres, que já foi cotado no governo Dilma Rousseff para assumir vaga no Supremo. Ele é próximo do ministro Ricardo Lewandowski, que foi seu colega na USP (Universidade de São Paulo), e sua indicação teve o apoio à época do então ministro Luis Inácio Adams, da AGU (Advocacia Geral da União).

Próximo a Temer e ligado ao PSDB paulista, o ex-procurador do Ministério Público de São Paulo Luiz Antonio Marrey, que foi secretário estadual no governo tucano, é citado. Mas sua relação política é apontada como contrária ao perfil buscado pelo presidente, o que tem levado seus defensores a tentar desvencilhá-lo da sigla.

A escolha de um substituto para Teori, morto na quinta-feira (19) em um acidente aéreo em Paraty (RJ), foi um dos assuntos discutidos nas rodas de conversas durante o velório do ministro no sábado (21), em Porto Alegre.

A possibilidade do presidente escolher os ministros Alexandre de Moraes (Justiça) e Grace Mendonça (AGU) foi criticada por magistrados e advogados, para os quais a vinculação de ambos com a atual administração pode gerar uma repercussão negativa no Poder Judiciário.

Na cerimônia fúnebre, o peemedebista disse que escolherá o sucessor de Teori após o STF definir quem será o relator dos processos da Operação Lava Jato.

Nas palavras de um assessor presidencial, o objetivo da iniciativa foi reforçar a ideia de que o governo não pretende interferir nas investigações em andamento.

AVAL DE MINISTRO

No sábado (21), Temer teve uma conversa com o ministro do STF Gilmar Mendes, que almoçou no mesmo dia com o ministro da Casa Civil, Eli-seu Padilha.

Mendes se transformou em uma espécie de conselheiro informal do peemedebista sobre assuntos jurídicos e deve passar por ele a escolha de um nome. Outros ex-ministros da corte, como Ayres Britto e Ellen Gracie, também têm aconselhado o presidente.

Para evitar um aprofundamento na relação desgastada, Temer deve consultar a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, antes de anunciar a decisão final.

Os dois, que divergiram no início do ano por causa de decisão sobre uma dívida do governo do Rio de Janeiro, se encontraram no velório no Rio Grande do Sul, porém praticamente não se falaram desde a morte de Teori, na quinta-feira (19).

CONTINUA

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NOVO MINISTRO DO SUPREMO

Alguns dos cotados para a vaga de Teori

Membros de tribunais superiores



Luis Felipe Salomão
Ministro do STJ



Isabel Galotti
Ministra do STJ



Ricardo Villas Cueva
Ministro do STJ



Ives Grandra Filho
Ministro do TST

Ministros do governo Temer



Alexandre de Moraes
Ministro da Justiça



Grace Mendonça
Advogada-geral da União

Outros cotados



Luiz Antonio Marrey
Ex-procurador do Ministério Público de SP



Heleno Torres
Advogado tributarista e professor da USP

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gabinete de juiz no Supremo soma 7.574 processos

DE BRASÍLIA

O acervo no gabinete do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal soma 7.574 processos. Desses, pouco mais de cem tratam da Operação Lava Jato.

Outros assuntos importantes, que vão desde a terceirização de call centers à denúncia contra o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), também estavam sob análise do ministro.

Teori pediu vista (mais tempo para analisar o caso) em três ações em discussão recente: descriminalização das drogas, prisão do senador Ivo Cassol (PP-RO) e autorização para processar o governador Pimentel.

Os assuntos devem demorar a voltar à pauta do Supremo e devem ser entregues a quem assumir a vaga.

É diferente da Lava Jato: devido ao tamanho e à sensibilidade do tema, existe a possibilidade de que a relação dos processos da operação seja redistribuída entre os atuais ministros.

O regimento interno do STF tem diferentes pontos que permitem discussão jurídica sobre a definição do futuro relator da Lava Jato.

No caso da constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para uso próprio, Teori pediu vista em setembro de 2015. Em agosto passado, Teori disse que queria liberar o caso ainda no segundo semestre de 2016.

CASSOL E PIMENTEL

Já no caso que envolve Ivo Cassol, Teori interrompeu em setembro o julgamento do recurso que pede redução de pena. Cassol foi condenado em 2013 por fraude em licitações quando era prefeito no interior de Rondônia —ele recorreu e aguarda em liberdade. É o primeiro senador condenado no exercício do mandato.

Também no ano passado, em dezembro, Teori interrompeu um julgamento determinante para o governador Pimentel. O plenário do STF analisava um imbróglgio jurídico: se a Assembleia Legislativa de Minas precisa dar autorização para que o governador possa ser processado criminalmente ou não. Pimentel já foi denunciado duas vezes pela PGR na Operação Acrônimo —as denúncias aguardavam a decisão do STF para andar.

A Corte Especial do STJ entendeu que a Constituição de Minas determina a autorização prévia dos deputados estaduais e, em outubro, remeteu a denúncia para lá. A ação, porém, está parada na Assembleia. O DEM, que faz oposição a Pimentel, entrou na Justiça para questionar a interpretação da Constituição mineira.

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE

23 JAN 2017

Teori deu a força institucional da qual a Lava Jato precisava

Em corte marcada pelo individualismo, ministro atuou pela colegialidade

OSCAR VILHENA VIEIRA
ROBERTO DIAS
ESPECIAL PARA A FOLHA

Teori Zavascki foi um juiz discreto, porém ousado. A tranquilidade que ele transmitia e mesmo a docilidade de seu caráter contrastavam com a firmeza e a contundência de algumas de suas decisões.

Sem qualquer atração pelo palco, viu-se no centro dele no momento em que lhe chegou às mãos um habeas corpus impetrado pelos primeiros investigados pela Operação Lava Jato. Decidiu pela soltura dos 12 investigados, entre eles Alberto Youssef.

Recebeu um ofício do juiz Sérgio Moro informando sobre os riscos de fuga do doleiro e solicitando esclarecimentos sobre a exata extensão da decisão do STF. O que para muitos soaria como afronta, para Teori Zavascki não gerou constrangimento. Revogou a decisão anterior, permitindo que a maior investigação sobre corrupção de nossa história tomasse curso.

Teori passou, então, a acompanhar de perto os movimentos da operação, que o surpreendeu.

Num Supremo marcado pelo individualismo, vaidades e eventual histrionismo de alguns de seus membros, a atuação recatada, mas assertiva do ministro, comumente pautada na colegialidade, deu à operação a força institucional indispensável para que tantas e importantes pessoas pudessem ser investigadas, processadas e condenadas. Sem Zavascki, Moro teria sido rapidamente calado.

Zavascki também conduziu o Supremo em outra decisão de capital importância, não apenas para a continuidade da Lava Jato, mas também para o combate à impunidade em sentido amplo.

Ele foi o relator do processo que autorizou a execução provisória da sentença após condenação em segunda instância. Ainda que controversa do ponto de vista constitucional, tal decisão pôs fim à esperança de muitos réus da Lava Jato de que conseguiriam arrastar o processo por anos, sem serem atingidos pela dura pena do juiz Moro.

Teori foi ainda crucial em diversos outros polêmicos

episódios ligados à Lava Jato: a prisão do senador Delcídio Amaral, a anulação das escutas telefônicas das conversas entre os ex-presidentes Lula e Dilma e a destituição do então presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Esta última decisão recebeu críticas, especialmente do PT e seus aliados. Para esses, a demora em afastar Cunha só teve uma finalidade: favorecer o processo de impeachment. Em defesa de Zavascki pode-se dizer que ele foi deferente ao Congresso. Aguardou a reação do Parlamento, que não veio. E, então, tomou a decisão quando não havia mais alternativa a não ser afastar Cunha.

Dois elementos se destacam nesse caso. O primeiro deles foi a convocação do tribunal para referendar ou não a sua decisão.

CONTINUA

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A segunda peculiaridade foi que ele não buscou esconder, em seu voto, a excepcionalidade da situação, posto que não havia previsão constitucional específica para aquela forma de afastamento. Mesmo assim, assumiu a responsabilidade político-institucional, sem subterfúgios.

Não será fácil encontrar outra personalidade que conjugue, de tal forma, serenidade, colegialidade e rigor.

OSCAR VILHENA VIEIRA e ROBERTO DIAS
são professores da FGV-SP



AO AFASTAR CUNHA,
PODE-SE DIZER QUE
ELE FOI DEFERENTE
AO CONGRESSO.
AGUARDOU
A REAÇÃO DO
PARLAMENTO,
QUE NÃO VEIO

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CELSO ROCHA DE BARROS

2017 começou de novo

Com a morte de Teori Zavascki, todos os cálculos, projeções e estratégias para o ano terão que ser revistas

Morte de Teori embaralha as cartas para 2017

A previsão era um “fevereiro do fim do mundo”, com a eleição para presidente da Câmara e a homologação das delações pelo ministro Teori Zavascki. Com sua morte, todos os cálculos, todas as projeções e estratégias terão que ser revistas.

A MORTE do ministro Teori Zavascki foi uma tragédia para seus entes queridos, para a comunidade jurídica e para o país. Ela também embaralhou todas as expectativas para a política brasileira em 2017. Todos os cálculos, todas as projeções e todas as estratégias terão que ser revistas.

A previsão era termos um “fevereiro do fim do mundo”, com a eleição para presidente da Câmara e a homologação das delações pelo ministro. Supondo que o mundo não acabasse mesmo, poucos meses depois teríamos o julgamento de Temer no TSE, com possíveis desdobramentos no STF em caso de condenação.

Caso, miraculosamente, nada disso afetasse a gestão macroeconômica, no segundo semestre a economia voltaria a crescer em um ritmo modesto, mas encorajador. No final do ano, os 20 ou 30 brasileiros que ainda não tivessem fugido para a Namíbia a nado disputariam com José Serra para saber quem seria derrotado no primeiro turno em 2018 pelo organismo cibernético para o qual Lula teria transferido sua

consciência como forma de driblar a Lei da Ficha Limpa.

Qual o novo cronograma? Vamos supor um cenário otimista em que o novo relator é um juiz que não desperte grandes paixões partidárias, como o decano Celso de Mello, e que o atraso nas homologações seja de poucos meses.

Com o atraso nas homologações, voltou a haver tempo hábil para uma autoanistia preventiva dos parlamentares antes das denúncias aparecerem. A eleição para a presidência da Câmara transcorrerá com essa perspectiva reaberta.

O candidato Jovair Arantes (PTB) já havia sugerido em entrevista à Folha que colocaria a anistia em votação, e o favorito Rodrigo Maia (DEM) presidia a Casa na última tentativa. O assunto deve voltar a ser tema de discussões em Brasília, embora talvez não em público.

Mas o custo da anistia também aumentou significativamente. Se feita no prazo aberto com a morte de Teori Zavascki, somará à indignidade do acobertamento a ofensa de usar a morte de um juiz do Supremo na fuga. Vale a pena desafiar assim a opinião pública no mesmo semestre em que se aumenta a idade para a aposentadoria?

Para o sujeito que sabe que será preso sem anistia, vale isso, vale tudo. Mas para quem tem esperança de ser pego só em crimes menores, não vale. E nem todo mundo sabe se será pego pelos crimes grandes ou pelos pequenos.

CONTINUA

23 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Assim, se a anistia voltar à pauta, devemos ver conflitos entre delatados que a Odebrecht vai enterrar até os joelhos, até a cintura ou até o pescoço, e os participantes podem ter que ir para essa luta sem saber exatamente em que time estão.

O atraso nas homologações também pode mudar a data do julgamento da chapa Dilma/Temer no TSE. As delações podem trazer novas informações relevantes para o julgamento, que precisariam de um prazo para análise.

Com isso, aumenta a chance do julgamento acontecer com a economia já um pouco menos frágil. Dependendo do quão graves forem as acusações contra Temer e sua turma, e do quão menos frágil estiver a economia, podemos ter dois cenários: em um, o alívio econômico ajuda Temer a se safar no TSE. No outro, as denúncias contra Temer interrompem a recuperação econômica.

Pelo sim, pelo não, seguem duas dicas: ali no fim da praia de Copacabana tem um pessoal que ensina natação no mar, e a capital da Namíbia é Windhoek.

21 JAN 2017
22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA
Filho de Teori cita ameaças
e cobra investigação

Filho cobra investigação 'a fundo' sobre morte de Teori

**Francisco Zavascki admite
que o pai recebeu ameaças
e pede apuração rigorosa
sobre causas do acidente que
matou o relator da Lava Jato**

Daniel Weterman
Agência Estado

São Paulo - O advogado Francisco Prehn Zavascki, filho do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, que morreu na quinta-feira (19) após a queda de um avião, em Paraty (RJ), cobrou uma rigorosa investigação da morte do pai e disse que nenhuma possibilidade está descartada. "É preciso investigar a fundo e saber se foi acidente ou não, que a verdade venha à tona seja ela qual for", afirmou. O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) já comunicaram que abriram processos para apurar as causas do acidente.

Além do ministro do Supremo, quatro pessoas também morreram no acidente. O empresário Carlos Alberto Filgueiras, dono do Hotel Emiliano, o piloto Osmar Rodrigues, a massoterapeuta

Maira Lidiane Panas Helatzuk, e a mãe dela, a professora Maria Ilda Panas.

Relator da Lava Jato na Corte, o ministro era o responsável por conduzir os desdobramentos da maior investigação de combate à corrupção no País que envolve autoridades com foro privilegiado. Teori estava empenhado, nos últimos meses, na análise da delação premiada dos 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht, o mais importante acordo celebrado pela operação até aqui e que aguarda homologação para o próximo mês. Até então, o ministro já havia homologado 24 delações premiadas no âmbito da operação que implicam políticos dos principais partidos do País, da base e da oposição do governo federal.

Francisco disse que a família está em contato com autoridades para acompanhar os

desdobramentos das investigações. "No meu íntimo, eu torço para que tenha sido um acidente, seria muito ruim para o País ter um ministro do Supremo assassinado", disse. O filho relatou ainda que havia grupos contrários às investigações de casos de corrupção no País e que o ministro já teria recebido ameaças. Ele era relator dos processos da Lava Jato no STF, sendo responsável por conduzir os julgamentos de investigados com foro privilegiado. "Seria infantil dizer que não há movimento contrário, agora a questão é o que o movimento seria capaz de fazer", afirmou.

Francisco Zavascki disse que o pai estava bastante concentrado na homologação das colaborações premiadas de executivos e ex-executivos da Odebrecht, o que estava programado para ocorrer em fevereiro.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 JAN 2017

22 JAN 2017

MPF PEDE GRAVAÇÕES

O Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis (RJ) solicitou à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e ao Comando da Aeronáutica as gravações das conversas entre a torre de controle e o piloto do avião que caiu na quinta-feira matando o ministro Teori Zavascki e mais quatro pessoas, cujos corpos foram resgatados ontem do mar. A procuradora da República Cristina Nascimento de Melo, designada como responsável pela investigação em Angra dos Reis, solicitou também documentos relativos à manutenção da aeronave, um bimotor modelo Beechcraft C90GT King Air.

O aparelho de gravação de voz do avião foi encontrado nessa sexta-feira (20) pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão da Aeronáutica que investiga a queda do avião. Segundo o Cenipa, o aparelho será encaminhado para a sede do órgão, em Brasília, para ser analisado.

CORTE INTERAMERICANA

Também a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou, em nota, esperar “uma investigação especialmente cuidadosa e célere sobre as circunstâncias do desastre” que matou o ministro do Teori. “Em virtude da relevante posição de ministro do Supremo Tribunal Federal em pleno exercício e relator de processos fundamentais

para a vida nacional, espera-se uma investigação especialmente cuidadosa e célere sobre as circunstâncias do desastre ocorrido”, diz o texto, assinado pelo presidente da corte, Roberto F. Caldas.

VELÓRIO

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) informou que o velório do ministro Teori será aberto às 11h deste sábado (21), no plenário da Corte, em Porto Alegre. Segundo o TRF4, o enterro será também neste sábado, a partir das 18h, no cemitério Jardim da Paz, na capital do Rio Grande do Sul. Teori foi ministro do Supremo a partir de 29 de novembro de 2012. Ele presidiu a 2ª Turma da Corte entre 2014 e 2015. (Com Folhapress e Agência Brasil)

VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

Saiba quem são as pessoas que morreram no acidente com o avião que caiu no mar na última quinta-feira em Paraty (RJ)



Teori Zavascki
ministro do Supremo Tribunal Federal



Carlos Alberto Fernandes Filgueiras
empresário dono do avião



Osmar Rodrigues
piloto do avião



Máira Lidiane Panas Helatzuk
massoterapeuta que prestava serviços a Filgueiras



Maria Hilda Panas
professora e mãe de Máira

FOLHA DE LONDRINA

66 CLAUDIO HUMBERTO

A República continua sangrando)

Ministro Marco Aurélio (STF) ao comentar a tragédia que matou o ministro Teori Zavascki

Demora favorece investigados, diz Marco Aurélio

A eventual demora na escolha do novo relator da Lava Jato somente interessaria aos acusados e investigados, por essa razão o ministro Marco Aurélio confia que a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, deve promover a redistribuição aleatória da relatoria, por meio de sorteio em computador, a qualquer dos ministros da 2ª Turma, da qual fazia parte o falecido ministro Teori Zavascki.

Paralisia impensável

O experiente Marco Aurélio lembra que a sequência é básica, no processo penal, por isso paralisar a Lava Jato é "impensável".

Poderá demorar

O escolhido por Temer será sabatinado e depois passará pelo crivo do plenário do Senado para ser nomeado e empossado.

O País não aguenta

Marco Aurélio diz que o País não entenderá uma demora de 9 meses para definição do novo ministro do STF como no caso de Luiz Fachin.

Entendimento informal

Ex-presidente do STF, Sidney Sanches sugere que os presidentes da República, STF e Senado se entendam para agilizar o novo ministro.

Se Moro for para o STF, Hardt assume sua vaga

No caso do presidente Michel Temer vir a indicar Sérgio Moro para a vaga do ministro Teori Zavascki, no Supremo Tribunal Federal (STF), o titular na Vara Federal de Curitiba passará a ser a juíza Gabriela Hardt, até que o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região abra inscrições para os interessados em assumir a vaga em definitivo. Todos devem ser juízes federais titulares e pertencerem ao TRF da 4ª Região.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

Somos todos Moro

A juíza federal substituta Gabriela Hardt tem atuação muito elogiada entre colegas, e tão rigorosa quanto Sérgio Moro.

O mais antigo

Após o término do período de inscrições, o TRF escolherá para o cargo de juiz titular da Vara Federal em Curitiba o pretendente mais antigo.

Nova escolha

Caso não apareçam juízes federais titulares interessados, o TRF abre nova lista, desta vez podendo se inscrever juízes federais substitutos.

21 JAN 2017
22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

O que muda na novela

A demora que haverá em função da morte do ministro relator Teori Zavascki aparentemente beneficia o governo, agora menos sujeito aos abalos da Lava Jato ainda que capaz de sofrer os impactos de possíveis vazamentos e, que com o respiro, pode acelerar suas medidas na retomada do crescimento. Sua agenda é favorecida até nas articulações para a eleição na Câmara Federal, o que pode render calma relativa por um ou dois meses, o que não é pouco para quem está, há tanto tempo, nas aflições do aperto de um cronograma asfíxiante.

Inevitável, porém, será uma sequência de vazamentos que mais influirão nos acontecimentos do que a própria investigação das causas do acidente aéreo, dadas as condições de ser dado muito próximo da pista do aeroporto de Paraty. Teori, por sua postura discreta, não favorecia vazamentos ou qualquer quebra de rituais, como o demonstrou censurando abertamente e de forma pública o juiz Sérgio Moro ou as extrapolações teatrais do procurador Dallagnol no show televisivo anti-Lula.

Resta saber que rumo o STF tomará em relação à designação do substituto se ficará ou não à espera da indicação do novo ministro, agora sob a responsabilidade de Michel Temer, o que de qualquer forma implica em demora por maior que seja o esforço em sentido contrário em função não só das pressões da sociedade brasileira como também da universal, tal a repercussão dos acontecimentos que geograficamente se espalham por múltiplos fronts internacionais. O que não sair aqui, em termos de notícia, poderá vir do exterior decorrente de investigações específicas em malfeitos das nossas megaempresas.

A hipótese de impunidade é cada vez menor não apenas, portanto, pelo que se dá aqui como também na Suíça, nos Estados Unidos ou na América Latina. Não há como pôr um fim nisso tudo, a despeito das dimensões da sangria que alcança a quase totalidade da fauna política.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Bibinho

Abib Miguel, desde 21 de dezembro, está solto por ordem de habeas corpus obtido no Superior Tribunal de Justiça e se mantém de tornozeleira eletrônica. É tido como cabeça de um sistema de desvios de verbas públicas na Assembleia Legislativa em mais de R\$ 200 milhões. O deputado Nelson Justus, ex-presidente da Casa, está com processo em curso, depois de autorização do Órgão Especial do TJ.

Militão

●● O ministro da Justiça quer separar os presos de menor periculosidade dos considerados "cruéis, ligados a traficantes e líderes de facções". Um juiz disse que o ideal é isolar três presos em cada cela, e colocar os líderes de facções juntos.

OPINIÃO DO LEITOR

Quem é Michel Temer?

Presidente Michel Temer, é hora de parar de falar palavras difíceis, agitando as mãos em gestos artificiais aprendidos nas aulas de oratória e mostrar quem senhor realmente é. Que o seu governo é igualmente ilegítimo e terá que deixar o Planalto quando acabar o sigilo das delações premiadas todos sabem. Agora, com a falta do ministro Teori Zavascki, resta saber se para substituí-lo escolherá um bandido para enrolar o andamento da Lava Jato ou uma pessoa competente e digna para levar até as últimas consequências a operação que quer livrar o Brasil dos ladrões de terno e gravata.

RUBEM DE OLIVEIRA CAUDURO (professor) – Londrina

Morte de Teori Zavascki

Causou tristeza aos cidadãos do bem e alegria para centenas de políticos corruptos e cidadãos envolvidos nos processos da Lava Jato a morte do ministro Teori Zavascki. Todos os brasileiros aguardavam com muita ansiedade as informações da megadelação da Odebrecht na Operação Lava Jato, pelo ministro Teori, que faleceu em "acidente imprevisto ou acidente previsto". Na edição de ontem da FOLHA, o delegado federal Marcio Adriano Anselmo, um dos principais investigadores da Lava Jato, pediu investigação "a fundo" do acidente que vitimou o ministro do STF. Todos os cidadãos do bem apoiam o delegado por terem a mesma convicção sobre esse acidente. Faz parte do histórico da nossa política morte de pessoa que possuía informações importantes (vide o prefeito de Santo André) e um político (Eduardo Campos) que era concorrente forte ao cargo de presidente da República, dentre outros.

ADONIRO PRIETO MATHIAS (contabilista) – Londrina

FOLHA DE LONDRINA 21 JAN 2017

PAULO BRIGUET

AVENIDA PARANÁ

22 JAN 2017

66 O juiz Teori Zavascki morreu exatamente 15 anos após Celso Daniel. O que isso significa?

O fantasma de Teori

Quando o caos domina a vida pública, a mais sábia atitude homem é garantir a ordem da própria alma. Somente a partir de um sólido fundamento espiritual será possível ao indivíduo enfrentar as adversidades do mundo externo. Por isso, diante da tragédia que ceifou a vida do ministro Teori Zavascki, cabe a todos nós um gesto de compaixão e respeito pela dor dos familiares e amigos. Ainda que uma das vítimas do desastre em Paraty seja o juiz responsável pelo maior caso de corrupção da história da humanidade, devemos entender que a morte, antes de mais nada, nos oferece uma chance de sermos humanos: carne, osso e principalmente alma.

Ao receber a notícia da morte de Zavascki, veio-me à lembrança um verso do poeta brasileiro Mário Faustino (1930-1962): "Sinto que o mês presente me assassina". Em seguida, como se fosse uma resposta, soou na memória o verso de um outro poeta morto precocemente, o galês Dylan Thomas (1914-1953): "E a morte perderá seu domínio". A voz de Dylan ecoa a promessa dos apóstolos de Cristo, que anunciaram a vitória da ressurreição sobre a morte.

Já disse muitas vezes aqui não acreditar em coincidências. Na verdadeira vida, como na verdadeira poesia, nenhum elemento existe por acaso. Portanto, não me peçam para esquecer que o prefeito Celso Daniel foi assassinado no dia 18 de janeiro, exatamente 15 anos e um dia antes de o corpo de Teori Zavascki ser retirado sem vida do mar de Paraty. Esses dois corpos, separados pelo tempo, náufragos do mar de corrupção que afoga o país, estarão para sempre no meio do caminho que chamamos história.

Pessoalmente, acredito que a probabilidade lógica de que Teori Zavascki tenha sido vítima de um "acidente" é a mesma de que a morte de Celso Daniel (e de outras 7 pessoas depois dele) tenha sido um "crime comum". Simplesmente não



consegui escrever essas palavras sem confiná-las entre aspas.

Celso e Teori são dois fantasmas que insistirão em nos questionar perante o tribunal da história. O maior erro agora seria cair no niilismo e na atribuição coletiva de culpa. Se ninguém vale nada, então devemos ser todos presos. Se todos são culpados, ninguém é culpado. É preciso investigar a fundo e sem medo da verdade o que aconteceu em Paraty. Só um esclarecimento poderá pôr fim ao caos que se espalha por todo o país, dos corredores de Brasília aos 70 mil assassinatos por ano; do abortismo militante à carnificina das facções criminosas; da explosão do consumo de drogas aos assaltos sanguinários. "A impunidade é a mãe da reincidência", disse o capitão Olavo Mendonça. E também é a mãe do caos.

Celso Daniel, Toninho do PT, Eduardo Campos, Teori Zavascki: a realidade brasileira supera em larga medida qualquer "teoria da conspiração". Deixemos a nossa alma em ordem para enfrentar o caos que se avoluma sobre nós, como uma tempestade oceânica: só assim a morte perderá o seu domínio.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

OAB quer redistribuição antes de escolha de Temer

Mateus Coutinho,
Julia Affonso, Fausto
Macedo e Daiene Cardoso
Agência Estado

São Paulo - Um dia após a morte do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, afirmou que é "imperativo" que o Supremo redistribua imediatamente os processos da operação. Para o presidente da OAB, aguardar a nomeação do sucessor do ministro pelo presidente Michel Temer (PMDB) para que os processos sejam redistribuídos "servirá apenas para agravar o ambiente político-institucional do país".

Lamachia ainda afirmou que os "condutores do rito de nomeação", em referência ao Executivo e ao Legislativo, "têm alguns de seus integrantes mencionados nas delações". "Optar por essa alternativa é dar margem a controvérsias e questionamentos, que não contribuem para a paz social", diz.

Como relator da Lava Jato, Teori homologou 24 acordos de colaboração antes da Odebrecht e concentrava em seu gabinete a maioria das investigações contra políticos com prerrogativa de foro

decorrentes da operação iniciada na Justiça Federal em Curitiba.

Cabe a Temer o papel de indicar o novo ministro do STF, cujo nome precisa ser sabatinado e aprovado pelo Senado, que pode decidir se acata ou não o indicado pelo presidente da República. A rigor, contudo, Temer não tem um prazo para escolher o sucessor de Teori, que herda automaticamente todos os processos do gabinete do ministro. Contudo, a possibilidade de a presidente do STF, Cármen Lúcia, redistribuir os processos relativos à Lava Jato com base no regimento interno do Supremo - que prevê a redistribuição em casos "excepcionais" - vem sendo aventada.

MORO SUBSTITUTO?

A bancada do PR na Câmara está articulando o apoio à indicação do juiz federal Sérgio Moro. Mesmo com os impeditivos legais, o líder da bancada paranaense, deputado Toninho Wandscheer (PROS-PR), afirmou que fará a coleta de assinatura entre os 30 deputados da bancada em apoio a Moro. "Como colocamos o (Edson) Fachin no STF, então seria um orgulho ter o Sérgio Moro lá", pregou.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Crise proporciona cenário ideal para tráfico humano

Com aumento da vulnerabilidade financeira, potenciais vítimas têm que ficar atentas para não cair nas mãos de exploradores

Vivianj Costa

Reportagem Local

Sete mil euros por semana! A proposta tentadora foi feita a uma mulher de 29 anos que embarcou rumo a Europa em abril do ano passado. Em busca de oportunidade, ela foi a uma agência de empregos de Curitiba e encontrou a oferta com remuneração semanal de, aproximadamente, R\$ 24 mil. A jovem pretendia trabalhar como babá em uma casa de família, mas gostou do salário oferecido para a vaga em um café europeu. A família desconfiou da proposta.

Antes de embarcar, várias autoridades alertaram a vítima que a oferta poderia ter sido feita por um grupo criminoso. Ela postou fotos nas redes sociais dias após pisar em solo europeu. Desde então, perdeu o contato com a família e desapareceu. A agência alegou que não tinha vínculo com o empregador e é investigada por suposto envolvimento no crime.

Casos assim são acompanhados pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná (Seju). A equipe apura 44

Maior parte dos casos se refere ao tráfico interno

denúncias. No entanto, o número de vítimas é ainda maior porque cada apuração pode se referir a mais de uma pessoa traficada. Por trás de anúncios fantasiosos estão grupos criminosos que aproveitam, inclusive, a vulnerabilidade das famílias diante da crise financeira.

O núcleo estadual iniciou as atividades em dezembro de 2013. O órgão atua em parceria com as polícias Civil, Militar e Federal, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e instituições da sociedade civil que ajudam a acolher, abrigar e a prestar atendimento jurídico e psicológico às vítimas. No Paraná, a maioria das denúncias de tráfico de pessoas está ligada a casos de exploração sexual e a empresas que contratam trabalhadores para a construção civil, para a indústria têxtil e até para redes de supermercado.

Segundo o relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a quantidade de pro-

cessos relacionados a esse tipo de crime aumentou de 508 (em 2014) para 735 (em 2015). A maior parte deles (57%) se refere a casos de tráfico interno, em que as vítimas e as quadrilhas que praticavam o crime estavam dentro do território nacional. A porcentagem equivale a 420 ações que tramitaram em 2015 nos tribunais de Justiça em todo o País. Outros 315 processos se referem ao tráfico internacional de pessoas.

A coordenadora do núcleo de enfrentamento ao crime no Paraná, Silvia Cristina Xavier, afirma que “a quantidade de casos só não é maior porque as pessoas têm medo de fazer a denúncia”. “Muitas vezes, ela não percebe que está sendo vítima do tráfico de pessoas”, alerta. Campanhas de divulgação sobre as características do crime e a disponibilização de telefones para contato têm aumentado a quantidade de casos investigados em todo o País. De acordo com o site do Ministério da Justiça, há núcleos de combate ao crime em 17 Estados.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 JAN 2017

22 JAN 2017

Em outubro do ano passado, a lei 13.344 ampliou o entendimento em relação ao crime de tráfico de pessoas e endureceu a punição no Brasil. O Código Penal estabelece que “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso” podem caracterizar o crime. Se essas ações forem praticadas para a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; para submeter a vítima a trabalho em condições análogas à de escravidão ou a qualquer tipo de servidão; para adoção ilegal ou para exploração sexual, a pena prevista varia de 4 a 8 anos de prisão.

A punição pode ser agravada quando o crime for cometido por funcionário público no exercício da função; quando for praticado contra crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência ou quando a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. “Mesmo com essas mudanças, a lei ainda não chegou ao ideal porque antes a gente tinha pena de 2 a 4 anos de reclusão. Hoje é de 4 a 8 anos e pode se estender a até 10 anos. Entendo que isso ainda é mínimo porque para o tráfico de drogas a pena varia de 5 a 15 anos, por exemplo”, critica Silvia. Antes da sanção da lei, apenas crimes de exploração sexual poderiam ser enquadrados como tráfico de pessoas.

A delegada da Polícia Federal, Diana Calazans, chefe da Divisão de Direitos Humanos em Brasília, alerta que as vítimas têm sido recrutadas também por meio das redes sociais. “A grande questão é a vulnerabilidade. A gente gosta

sempre de fazer um alerta que não é somente uma vulnerabilidade econômica, mas um momento de fragilidade em que a vítima acaba acreditando que vai ter uma oportunidade de vida melhor. [...] No entanto, ela é tratada como um objeto para gerar lucro ao explorador. Isso tem que estar bem presente na mente das pessoas”, reforça.

A Polícia Federal realiza operações e investiga organizações criminosas transnacionais com o apoio da Interpol e das embaixadas brasileiras. O tráfico de pessoas para a exploração sexual ocorre em todo o País, conforme a delegada. No Nordeste, o recrutamento é realizado, principalmente, por grupos que deixam os trabalhadores em condições análogas à escravidão. “É preciso se certificar que essas ofertas de emprego são reais e tentar se precaver de um eventual risco. Quando houver suspeitas, essas informações devem ser repassadas para a polícia”, aponta.

ESCRavidÃO MODERNA

O procurador do Ministério Público do Trabalho no Paraná, Alberto de Oliveira Neto, lembra que a escravidão moderna apresenta características que não podem ser aceitas pelos trabalhadores. “O empregador não paga o salário, submete os funcionários a jornadas exaustivas, não fornece equipamentos de proteção, ferramentas, água potável e alojamento”, detalha. O aliciamento para o trabalho infantil

e a exploração sexual também podem ser enquadradas dessa forma. “Em momentos de crise econômica, as denúncias aumentam porque você tem mais trabalhadores vítimas dessas práticas. Nesse contexto, a própria vítima ou terceiros acabam trazendo esse fato ao Ministério Público, o que requer atuação imediata para retirar a pessoa dessa condição”, completa o procurador.

As denúncias de tráfico de pessoas podem ser feitas pelos telefones 100 (crimes contra os direitos humanos) ou 180 (crimes de violência contra a mulher). No Paraná, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) também disponibiliza o telefone 181 (Disque denúncia). Não é preciso se identificar.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

TRÁFICO HUMANO

Principais modalidades do crime no mundo

21 JAN 2017
22 JAN 2017



O desafio da volta para casa

O suspiro no retorno ao lar nem sempre é de alívio para as vítimas traficadas. Em alguns casos, a volta para casa é só o começo de uma segunda etapa de superação. Quem foi alvo do crime precisa da aceitação da família. No entanto, para muitos parentes, a culpa por ter sido traficada é da própria vítima e o convívio familiar se torna cada vez mais difícil, principalmente nos casos de exploração sexual. "A pessoa que já esteve nessa situação, querendo ou não, retorna para casa como se tivesse um código de barras na testa. Ela

volta discriminada pela própria família, pela sociedade, pelas pessoas que estão em volta. Muitas vezes, elas chegam a fazer a opção de retornar para esse tipo de trabalho para não dependerem mais financeiramente e psicologicamente de ninguém", afirma a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Paraná, Silvia Cristina Xavier.

A falta de auxílio especializado após o trauma pode acarretar situações imprevisíveis. Silvia exemplifica o caso de um paranaense de 15 anos que recebeu proposta para trabalhar no sudeste do País. A família autorizou. No entanto, se tratava de trabalho análogo à escravidão. "Ele vendia CD pirata na rua. Passou um

mês sem ter o que comer e nem onde dormir. Procurou o Conselho Tutelar que fez o contato conosco", lembra.

Na volta, o adolescente passou dias sem sair do quarto por vergonha e medo de reencontrar o aliciador, que continuava no bairro. Quando conseguiu sair de casa, o garoto praticou vários crimes e foi apreendido. "Ele não teve acompanhamento. Precisava voltar mais forte do que era e caiu na criminalidade. Foi a maneira que ele encontrou para se defender. Encaminhei relatórios, conversei com as autoridades, mas não consegui salvar esse menino por conta da falta de atendimento na volta para a casa", lamenta a coordenadora do núcleo. (V.C.)

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

**Crianças e
mulheres são
principais alvos**

Segundo relatório sobre tráfico de pessoas publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 63,2 mil vítimas em 106 países foram identificadas entre 2012 e 2014. No último ano pesquisado, 71% do total de pessoas traficadas eram mulheres. Já as crianças representaram até 30% do total no mesmo período. Em regiões da África, da América Central e do Caribe, o índice de crianças traficadas subiu para 60%.

De acordo com o relatório, a criminalização do tráfico de pessoas já foi implantada em quase 160 países. No entanto, as penas e a proteção às vítimas exigem mais atenção. Nos países da América do Sul foram identificadas 5,8 mil vítimas entre 2012 e 2014. Os casos ocorrem, principalmente, entre países vizinhos.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, o último relatório de dados relacionados a esse tipo de crime no País foi divulgado em 2015. O documento aponta que 309 pessoas foram vítimas do tráfico de pessoas no ano de 2013. Os casos foram denunciados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República por meio do Disque 100.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

Ainda conforme a assessoria, um novo relatório deve ser concluído até o segundo semestre deste ano.

Para uma das fundadoras da Rede Grito Pela Vida, irmã Eurides de Oliveira, a falta de estatísticas precisas compromete o combate ao crime. A organização fundada em 2007 promove campanhas de prevenção, capacita lideranças comunitárias e faz o encaminhamento de vítimas em todo o País. “Como desafios permanentes temos a clandestinidade e invisibilidade do problema, a falta de bancos de dados e a dificuldade de obtê-los, a precariedade do sistema de notificação e de informação das organizações, a falta de recursos financeiros para pesquisa, a morosidade da Justiça, a falta de capacitação dos agentes públicos, a ineficiência da legislação, a impunidade, a corrupção, a debilidade ou ausência de redes de proteção nos Estados e municípios e a mudança cultural que hoje naturaliza essa exploração e violência”, enumera. (V.C.)

21 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA 22 JAN 2017

Juiz veta candidatura de Maia à reeleição

na Câmara

Atual presidente do Legislativo federal promete recorrer da decisão para poder participar do pleito marcado para o dia 2 de fevereiro

Daiene Cardoso e
Igor Gadelha
Agência Estado

Brasília - O juiz federal substituto Eduardo Ribeiro de Oliveira, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou na tarde dessa sexta-feira (20) que o atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-DF), se abstenha de concorrer à eleição interna da Casa, marcada para o dia 2 de fevereiro. Maia disse à reportagem que vai recorrer da decisão.

A ação popular foi movida pelo advogado Marcos Rivas, que pedia também, em caráter liminar, a suspensão do prazo de registro de candidaturas à Presidência da Câmara. A Mesa havia anunciado que o prazo limite para inscrição de candidaturas seria às 23h do dia 1º de fevereiro de 2017. O advogado também pedia o afastamento imediato da presidência da Câmara sob pena de prisão. Os pedidos foram negados.

Na ação, o autor do pedido alega que o artigo 57 da Constituição Federal é claro ao proibir a reeleição de presidentes do Legislativo dentro do mesmo mandato. O

deputado do DEM, porém, argumenta que a proibição não vale para presidentes-tampão, como ele, eleito em julho de 2016 para um mandato de sete meses, após a renúncia do então presidente da Casa, o hoje deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

“Do nosso ponto de vista a decisão do juiz está equivocada. É uma decisão que não cabe a um juizado de primeira instância. Já estamos recorrendo e confiando na Justiça”, afirmou o parlamentar fluminense.

Na decisão, o juiz cita o regimento interno e a Constituição e destaca que eles não permitem a recondução ao cargo na mesma legislatura. “Sublinhe-se que a matéria atinente à composição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal mereceu especial atenção da Constituição de 1988, que, com vistas a resguardar o princípio republicano, estabeleceu, inclusive, uma regra de inelegibilidade, consistente em proibir a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”, afirmou o juiz, que

afastou a tese de que o eleição na Casa seja uma questão interna corporis.

O juiz compara a situação de Maia a qualquer substituto de cargo Executivo. “Não fosse assim, aquele que houvesse substituído o titular da chefia do Executivo no curso do mandato, sendo eleito, na sequência, para esse mesmo cargo, poderia, perfeitamente, reeleger-se para um terceiro mandato consecutivo, interpretação incompatível, contudo, com a Constituição, como já proclamado pelo STF e pelo TSE”, ressaltou.

Aliado de Maia, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) ehamou a decisão da Justiça Federal de “factoide”. “Essa decisão é uma ilustração da anarquia que vive o País, produzida pela leniência do Parlamento e desmedido ativismo judicial”, afirmou Silva, um dos parlamentares da oposição mais próximos do deputado do DEM.

CONTINUA

21 JAN 2017

22 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Além do processo na Justiça Federal, Maia é alvo de outras duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF) protocoladas por adversários: uma é de autoria do Solidariedade, partido do chamado "Centrão", e outra do deputado André Figueiredo (PDT-CE), único candidato da oposição à presidência da Câmara.

Nas ações, o partido e o petetista pedem que eventual candidatura do parlamentar do DEM seja declarada "inconstitucional" pelo Supremo. No caso de Figueiredo, o deputado pede ainda que o STF conceda liminar suspendendo a eleição para a Mesa Diretora da Câmara, marcada para 2 de fevereiro, até que a Corte julgue as ações.

Na quinta-feira (19), a Câmara foi notificada pelo Supremo para se manifestar sobre ação promovida pelo deputado do PDT. A notificação ocorreu quase uma semana após a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, emitir o despacho pedindo os esclarecimentos, no último dia 13. Maia terá agora 10 dias úteis para responder.

23 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

O futuro das delações-bomba da Lava Jato

A trágica morte do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, trouxe preocupação quanto ao futuro das chamadas delações-bomba dos 77 empresários da Odebrecht. Seria o ministro quem homologaria os 900 depoimentos que, além da Petrobras, chegam aos setores de transportes, de energia e saneamento e colocam em polvorosa políticos – seriam quase 200 nomes – dos mais variados partidos e calibres.

E, em que pese, algumas críticas ao trabalho da força-tarefa e ao juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato em primeira instância em Curitiba, os acordos de leniência das grandes empreiteiras servem de confissão de culpa da corrupção desenfreada que tomou conta do País nas últimas décadas. A Odebrecht, por exemplo, se comprometeu a pagar a astronômica multa de R\$ 6,9 bilhões após assinar acordos com Brasil, Estados Unidos e Suíça. E ainda está em tratativas com outros países latino-americanos.

O acidente fatal com Teori, na última quinta-feira, coloca uma interrogação sobre a condução dos trabalhos no STF. Teme-se pelo próximo relator do caso, principalmente, porque caberá ao presidente Michel Temer indicar o substituto de Teori no STF. Já se sabe que aliados próximos a Temer serão atingidos pela delação da empresa e isso trará turbulência ao governo.

Mas pela conduta do Supremo até o momento, não há razão para suspeitas. A presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, deve sortear o processo entre os integrantes 2ª Turma do STF, da qual Teori fazia parte, desfazendo qualquer suposta trama de blindagem ou teoria da conspiração no acidente que pulula nas redes sociais. No sábado, durante o velório de Teori, Temer garantiu que só indicará um novo ministro para a corte depois que o STF definir quem ficará com a relatoria da operação.

A divulgação das delações deveria ocorrer em fevereiro, quando normalmente o País parece anestesiado pelo clima festivo do Carnaval. A tendência é que a homologação dos depoimentos dos empresários ligados à Odebrecht seja postergada. O que não quer dizer que o caso será esquecido. Se depender da Lava Jato, quem vai sambar mesmo são os políticos e empresários envolvidos na trama corrupta, que poderão encontrar velhos conhecidos no Complexo Médico-Penal de Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), para onde são levados os presos por ordem do juiz Moro.

23 JAN 2017

FOUHA DE LONDRINA CLAUDIO HUMBERTO

STF: Temer tem compromisso com SP e Moraes

Paulista de Tietê, o presidente Michel Temer assumiu compromisso tácito com seu Estado para nomear um conterrâneo para uma eventual vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso é o que fortalece a opção pelo ministro Alexandre de Moraes (Justiça) para a vaga do ministro Teori Zavascki, morto quinta-feira (19) em desastre aéreo. Temer também teria compromisso com o próprio Moraes de nomeá-lo.

Três paulistas

Dias Toffoli foi o último paulista empossado no STF, em 2005. Há mais dois de São Paulo, na Corte: Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Bancada reduzida

Lewandowski não conta: ele é da turma de S. Bernardo, mas nasceu no Rio. Celso de Mello pode antecipar aposentadoria a qualquer momento.

Bancadas estaduais

Além dos três paulistas, o STF é hoje tem três cariocas, dois gaúchos, um mineiro e um do Mato Grosso. Nenhum do Nordeste ou do Norte.

Qualificação

Constitucionalista, professor universitário e membro do Ministério Público, Alexandre de Moraes é considerado qualificado para o cargo.

GAZETA DO POVO

Teori Zavascki e a Lava Jato no Supremo

O falecimento do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, ocorrido na quinta-feira, quando o avião em que viajava caiu no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, surpreendeu o país. A **Gazeta do Povo** lamenta a morte trágica de Zavascki, jurista que fez carreira na área do Direito Processual Civil, chegou ao STF no fim de 2012 e estava sob os holofotes graças à relatoria dos processos da Operação Lava Jato que envolvem detentores de foro privilegiado. Sua morte coloca um ponto de interrogação sobre a continuação desses processos, especialmente no momento em que Zavascki estava prestes a homologar as explosivas delações premiadas de executivos da Odebrecht.

O caminho ordinário, nestes casos, está previsto no artigo 38 do Regimento Interno do STF, segundo o qual, em caso de morte, aposentadoria ou renúncia de membro da corte, os processos por ele relatados passarão para o ministro nomeado para ocupar a vaga — ou seja, para o novo integrante do tribunal, nomeado por Michel Temer e aprovado pelo Senado. É aqui que começam os problemas de ordem prática.

Temer já foi citado em algumas delações, mas enquanto ele ocupar a Presidência da República não poderá responder a processo, por se tratar de atos alheios ao exercício da função, como afirma o artigo 86 da Constituição (é o mesmo motivo pelo qual Dilma Rousseff, quando era presidente da República, não poderia ser responsabilizada por eventuais irregularidades ocorridas quando ela presidia o Conselho de Administração da Petrobras). Assim, pelo menos por enquanto não se pode dizer que ele estaria nomeando

21 JAN 2017

22 JAN 2017

seu futuro julgador. O que preocupa são os elos de Temer com seu grupo político, cheio de investigados e réus da Lava Jato, e a indicação de um novo ministro de perfil mais leniente seria mortal para o país.

Mas, se Temer indicar um bom nome, o risco passa a ser o Senado, que tem a obrigação de sabatinar e aprovar o indicado. É lá que estão diversos investigados ou réus da Lava Jato detentores de foro privilegiado. O que farão esses senadores diante de um nome sério, disposto a fazer seu trabalho no combate à corrupção? Até hoje, apenas cinco indicados foram rejeitados, todos durante o mandato de Floriano Peixoto, ainda no século 19. Mas, em um Congresso onde se aprovam “emendas da meia-noite” como as que desfiguraram as Dez Medidas Contra a Corrupção, não se pode descartar totalmente a possibilidade de senadores pessoalmente implicados nas rouboalheiras trabalharem para barrar algum nome proposto por Michel Temer.

Diante de dois cenários complicados — a indicação de um ministro leniente ou um impasse interminável em que o Senado rejeite indicados sérios —, há alternativas previstas no próprio regimento da corte. O artigo 68 elenca várias circunstâncias em que, após 30 dias de vacância e havendo pedido dos interessados ou do Ministério Público, a relatoria pode ser redistribuída para algum dos atuais membros da corte, sem que a vaga deixada por Zavascki seja preenchida. A presidente do STF, Cármen Lúcia, já estaria trabalhando com essa possibilidade, que envolveria um sorteio entre toda a corte ou apenas incluindo os membros da Segunda Turma, à qual Zavascki pertencia — neste caso, a relatoria passaria para Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski ou Celso de Mello (Gilmar Mendes também integra o colegiado, mas está impedido de assumir novas relatorias por presidir o Tribunal Superior Eleitoral).

CONTINUA

21 JAN 2017

22 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Cada dia de paralisação na Lava Jato no Supremo — porque na primeira instância a operação continua — é um golpe na alma dos que desejam o fim da corrupção nos mais altos escalões da República. Diante do menor sinal de que o processo de indicação de um novo membro do STF pode ferir a Lava Jato, seja pela demora, seja pelo perfil do nomeado, seria fundamental que Cármen Lúcia usasse o poder que o regimento lhe dá para que os processos voltem a caminhar e, principalmente, para que não prevaleça a impunidade.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Um vácuo inesperado

A morte do ministro Teori Zavascki traz impactos diretos para o jogo político nacional e atrasa o andamento das investigações sobre o maior caso de desvio de dinheiro público da história. Os olhos do país se voltam agora para o STF e sobre quem irá assumir a relatoria do petrolão

Morte de Teori estremece o jogo político de Brasília

BRASÍLIA

Catarina Scortecci, correspondente

Além do atraso inevitável na avalanche das delações da Odebrecht, a morte do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira (19), traz impactos diretos para figuras centrais do jogo político de Brasília. O presidente da República, Michel Temer, e a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, têm a missão mais complexa: as decisões de ambos serão cruciais para os rumos da Operação Lava Jato. Mas a morte do relator da maior investigação de combate à corrupção já realizada no país também mexe com outras autoridades envolvidas com o petrolão.

MICHEL TEMER

Cabe ao presidente da República, Michel Temer, indicar um novo nome para integrar a Corte do STF. Oficialmente, ele não tem um prazo para fazer a indicação. Mas auxiliares do peemedebista já declararam que a intenção seria anunciar um substituto "o mais rápido possível", inclusive porque o escolhido ainda enfrenta uma sabatina no Senado antes de efetivamente assumir a cadeira na Corte. Como Teori era relator da Lava Jato, e o presidente Temer e aliados próximos são citados na investigação, o objetivo é evitar um desgaste, que certamente surgirá a qualquer sinal de postergação na escolha. A rapidez na decisão também evitará que as indicações dos aliados ganhem espaço, complicando ainda mais a situação do peemedebista. Mas a escolha de um nome também não será uma tarefa fácil. Normalmente já monitorada, a indicação de um integrante para a máxima Corte do Judiciário agora será acompanhada de perto. Temer já está sendo publicamente cobrado para convidar alguém isento e técnico, duas características que Teori detinha e que o ajudaram a conduzir os processos da Lava Jato.

CONTINUA

Embora a indicação de um novo ministro seja uma prerrogativa exclusiva do presidente da República, a relatoria da Lava Jato pode não ser entregue ao nome escolhido por Michel Temer. Corre que a presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia, poderia se socorrer a trechos do Regimento Interno para garantir a redistribuição do caso da Lava Jato entre integrantes que já atuam hoje na Corte.

No Planalto, há inclusive quem defenda que Temer aguarde alguma manifestação da ministra antes de escolher o substituto de Teori. Sem o peso da Lava Jato, o peemedebista teria condições de escolher um nome "com calma".

Mas a decisão de Cármen Lúcia também não é fácil: além de a atitude flertar com o campo político – há quem não veja no caso específico a possibilidade de evocar o Regimento Interno –, uma redistribuição dos processos da Lava Jato poderia jogar o tema nas mãos de ministros com perfis polêmicos: Gilmar Mendes e Dias Toffoli, para citar dois exemplos comumente colocados em campos opostos nos temas políticos nacionais.

Abuso de autoridade Dezembro de 2016

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), tentou aprovar às pressas um projeto de lei de abuso de autoridade que envolvia a atuação de juizes e procuradores do Ministério Público. O juiz Sergio Moro chegou a ir ao Senado para criticar o projeto – que ainda está em tramitação na Casa.

BALANÇAMAS NÃO CAI

Relembre momentos em que a Lava Jato passou por fases cruciais desde a deflagração, em março de 2014:

Fatiamento das investigações Setembro de 2015

O plenário do STF decidiu que apenas o que fosse relacionado à Petrobras seria investigado pelo juiz Sergio Moro, em Curitiba. Os demais casos, como da Eletronuclear e do Ministério do Planejamento, foram remetidos a outros estados. Na época, um integrante da força-tarefa disse que a decisão poderia significar o fim da Lava Jato.

Cheiro de vazamento Março de 2016

Depois da divulgação dos áudios de Lula, o ministro da Justiça **Eugênio Aragão** ameaçou trocar a equipe da Polícia Federal que conduz a Lava Jato se sentisse "cheiro de vazamentos". A PF é subordinada ao Ministério da Justiça e houve a preocupação de uma tentativa de interferência na operação.

Emenda Amin Novembro de 2016

Depois de tentar sem sucesso aprovar uma anistia ao crime de caixa dois no projeto das dez medidas contra a corrupção, os deputados tentaram limitar a seis meses – prorrogáveis por mais seis – as investigações contra políticos com foro. Os procuradores disseram que o prazo era impossível de cumprir e resultaria na impunidade de políticos corruptos.

"Acordão" Maio de 2016

Poucos meses antes do impeachment de Dilma, conversas gravadas pelo ex-diretor da Transpetro Sergio Machado mostravam políticos como o senador Romero Jucá (PMDB) e o ex-senador José Sarney (PMDB) falando em "acordão" para "estancar a sangria" e parar a Lava Jato onde estava.

Dez medidas desfiguradas Novembro 2016

Os deputados aprovaram um pacote desfigurado do projeto das Dez Medidas Contra a Corrupção, incluindo juizes e promotores na previsão para crimes de responsabilidade. No dia seguinte, procuradores da força-tarefa da Lava Jato ameaçaram renunciar coletivamente caso o projeto seja aprovado no Senado como estava.

Lula ministro Março de 2016

Outro momento crítico para a operação. Depois de virar alvo das investigações, o ex-presidente Lula foi nomeado por Dilma Rousseff como ministro da Casa Civil para fugir da mão pesada de Moro. O juiz chegou a divulgar áudios de conversas grampeadas do ex-presidente. Um dos delegados da Polícia Federal disse que Lula ministro "atrapalharia muito" o andamento das investigações.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**BANCADA PARANAENSE
QUER SERGIO MORO**

21 JAN 2017

22 JAN 2017

A bancada do Paraná na Câmara dos Deputados está articulando o apoio à indicação do juiz federal Sergio Moro para a vaga de Teori Zavascki no STF. O líder da bancada, deputado Toninho Wandscheer (PROS-PR), afirmou que fará uma coleta de assinaturas entre os 30 deputados do estado em apoio a Moro. Wandscheer afirmou que Moro não só é habilitado para a vaga, como pode influenciar decisões por seu conhecimento sobre as investigações da Lava Jato.

Processo de escolha do último ministro do STF demorou quase um ano

Kamila Mendes Martins

● A repentina morte do ministro Teori Zavascki em um acidente aéreo na última quinta-feira (19) gerou uma expectativa em torno do nome que irá sucedê-lo no Supremo Tribunal Federal (STF) e na relatoria dos inquéritos da Operação Lava Jato. A prerrogativa de indicar um nome para a vaga é do presidente da República, mas não há prazo para isso ocorrer, apesar da urgência que a situação exige.

Nas últimas oito indicações de ministros do STF, a que ocorreu em um intervalo menor de tempo entre a saída do ministro anterior e a posse do nomeado foi a de Dias Toffoli, que substituiu Menezes Direito falecido enquanto estava na Corte, em setembro de 2009. Foram apenas 1 mês e 22 dias, durante os quais o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva o indicou para o cargo e o Senado o sabatinou.

Em contrapartida, a última substituição, feita em 2015 pela presidente Dilma Rousseff, levou 11 meses e 16 dias para ser concluída. A cadeira ficou vaga porque o ministro Joaquim Barbosa se aposentou voluntariamente em 2014, e o novo ocupante, o ministro Luiz Edson Fachin, só entrou em exercício em 16 de junho de 2015.

Ausência de prazo

De acordo com o professor de direito Constitucional Dirceu Torrecillas Ramos, como não há prazo para a indicação, para a sabatina e para a nomeação, o presidente só escolhe o novo ocupante quando for mais conveniente a ele. Em alguns casos, isso acontece rapidamente, em outros, pode demorar bastante, como aconteceu na troca entre Barbosa e Fachin.

Para Ramos, deveria sim haver um prazo para essas três etapas da escolha. Além disso, defende que o presidente da República não seja o único a indicar os ministros. "Participo de uma comissão na OAB-SP que elaborou um projeto defendendo que duas vagas sejam preenchidas por indicação do presidente, duas pelo Conselho Nacional de Justiça, duas pela Câmara dos Deputados, duas pelo Senado e uma pelo Conselho Nacional do Ministério Público", explica.

Essa proposta, ainda segundo o professor, prevê um prazo de 10 dias para a indicação, 20 para a sabatina do Senado e cinco para a nomeação pelo presidente da República. "Esses órgãos já teriam pessoas em seus quadros aptas a serem ministros, o que traria a rapidez necessária a esse processo de escolha", ressalta.

Diante desse quadro, é cada vez mais provável que a presidente do STF, Cármen Lúcia, redistribua os processos da Lava Jato dentro da própria Corte — o ministro Celso de Mello, decano do STF, surge como o nome mais indicado para assumir a relatoria.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RENAN E O SENADO

Tanto o atual presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), quanto Eunício Oliveira (PMDB-CE), nome mais cotado para assumir o comando do Senado em fevereiro, estão na mira da Lava Jato, e podem assumir a condução de todo o processo de escolha, no âmbito do Legislativo, do novo magistrado do STF. O substituto do ministro Teori, indicado pelo presidente Temer, é obrigado a passar por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Na sequência, o nome ainda deve ser referendado pelo plenário da Casa, onde parte dos parlamentares também está implicada na Lava Jato.

A pressão mais forte, contudo, pode partir do atual chefe da Casa, que desde o ano passado já defende abertamente mudanças na legislação para inibir o que considera "abuso" das autoridades envolvidas na Lava Jato. Embora ainda não esteja completamente convencido, Renan Calheiros ainda pode ser indicado pela bancada do PMDB para o comando da CCJ, onde teria poder para ditar o ritmo do processo de escolha do novo ministro do STF.

EDUARDO CUNHA

Há quase 100 dias preso no Paraná por causa da Lava Jato, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) também é atingido diretamente pela morte de Teori, em função do atraso nas análises de eventuais delações. Pessoas próximas do peemedebista têm indicado que ele não descartaria a tentativa de negociar um acordo de colaboração premiada, procedimento que necessariamente passa pelas mãos do relator do caso no STF, na hipótese de citação a nomes com prerrogativa de foro. A partir de agora, já se sabe que as delações da Odebrecht, por exemplo, naturalmente sofrerão atrasos. As confirmações dos depoimentos e possíveis homologações estavam inicialmente previstas para ocorrerem entre fevereiro e março. Com a morte de Teori, e a indefinição em torno de um substituto na relatoria da Lava Jato, o próprio desfecho das delações do caso Odebrecht ficou sem data. Na estimativa da Procuradoria-Geral da República (PGR), haverá um atraso de pelo menos três meses.

21 JAN 2017

22 JAN 2017

LULA E OPT

No embate que a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protagoniza com o juiz federal Sergio Moro, relator da Lava Jato no primeiro grau, a figura de Teori tinha peso. Em março do ano passado, o relator no STF contestou de forma severa a decisão de Moro que permitiu a divulgação do conteúdo das interceptações telefônicas da Lava Jato envolvendo Lula e a então presidente Dilma Rousseff. Até hoje, aquele episódio é tratado pelos petistas como o impulso decisivo para o impeachment, consolidado em agosto – a publicidade dada às conversas, acreditam petistas, minaram as chances de Lula ser nomeado para a Casa Civil, na "última cartada" de Dilma para salvar a base aliada que se desmantelava no Congresso Nacional. Desde então, a defesa de Lula passou a apostar fortemente no "contrapeso" do STF, especialmente de Teori, embora também já tenha sofrido derrotas na Corte, em outras situações.

CONTINUA

21 JAN 2017

22 JAN 2017

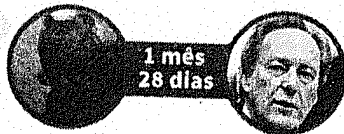
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AGILIDADE OU LENTIDÃO

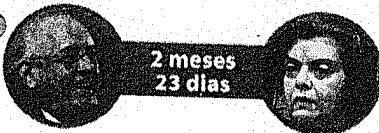
Veja o tempo que levou entre a saída de um ministro e a posse do seu substituto no Supremo Tribunal Federal nas últimas oito ocasiões em que isso foi necessário:

Carlos Velloso
▶ 13/06/1990
■ 19/01/2006



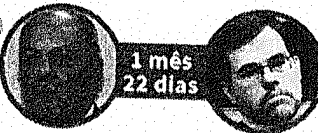
Ricardo Lewandowski
▶ 16/03/2006
até hoje

Nelson Jobim
▶ 15/04/1997
■ 29/03/2006



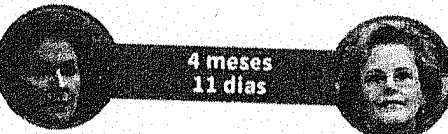
Cármen Lúcia
▶ 21/06/2006
até hoje

Menezes Direito
▶ 5/09/2007
■ 1/09/2009



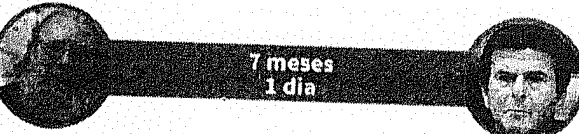
Dias Toffoli
▶ 23/10/2009
até hoje

Ellen Gracie
▶ 24/11/2000
■ 8/08/2011



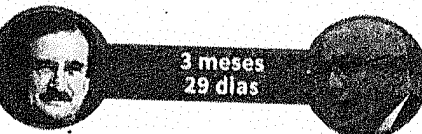
Rosa Weber
▶ 19/12/2011
até hoje

Eros Grau
▶ 30/06/2004
■ 2/08/2010



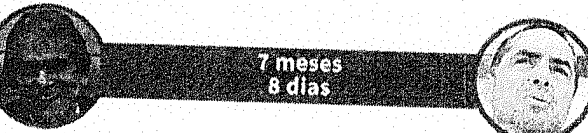
Luiz Fux
▶ 03/03/2011
até hoje

Cezar Peluso
▶ 6/06/2003
■ 31/07/2012



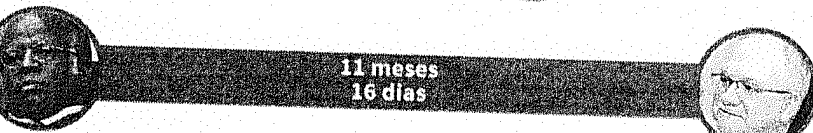
Teori Zavascki
▶ 29/11/2012
■ 19/01/2017

Ayres Britto
▶ 25/06/2003
■ 18/11/2012

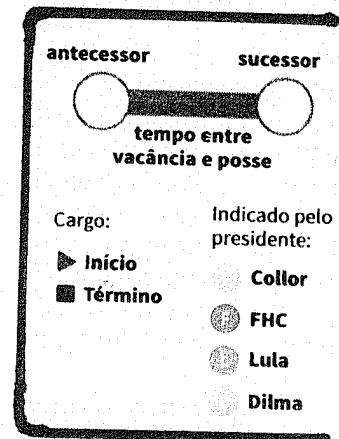


Luís Roberto Barroso
▶ 26/06/2013
até hoje

Joaquim Barbosa
▶ 25/06/2003
■ 31/07/2014



Luiz Edson Fachin
▶ 16/06/2015
até hoje



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ELIO GASPARI

Não é teoria da conspiração, é dúvida

O advogado Francisco Zavascki, filho de Teori, tem toda razão: “Seria muito ruim para o país ter um ministro do Supremo assassinado.” Ele pede que se investigue o caso “a fundo” para saber “se foi acidente, ou não”. Não é só Zavascki quem levanta essa questão, ela está na cabeça de milhões de brasileiros. Nada a ver com teoria da conspiração, trata-se de dúvida mesmo. A linha que separa esses dois sentimentos é tênue e a melhor maneira para se lidar com o problema é a investigação radical.

Um dos mais famosos assassinatos de todos os tempos, o do presidente John Kennedy, em 1963, foi investigado por uma comissão presidencial de sete notáveis que produziu um relatório de 888 páginas. Até hoje metade dos americanos não acredita na sua conclusão de que Lee Oswald, sozinho, deu os tiros que mataram o presidente. Mesmo assim, rebatê-la exige esforço e conhecimento.

O presidente Michel Temer poderia criar uma comissão presidencial para investigar a morte do ministro Teori. Desde o momento em que o avião caiu na água, ocorreu pelo menos o desnecessário episódio da demora na identificação dos passageiros.

Pelos seus antecedentes e pelas circunstâncias a tragédia de Paraty ficará como um dos grandes mistérios na galeria de mortes suspeitas da política brasileira.

Aqui vão os principais nomes dessa galeria, divididos em três grupos: o de alto, médio e baixo ceticismo.

Alto ceticismo

O desastre automobilístico que matou Juscelino Kubitschek em 1976 não teve influência de estranhos à cena.

22 JAN 2017

Médio ceticismo

Em 2014 o jatinho de Eduardo Campos caiu porque houve um erro do piloto. Só isso. Tancredo Neves morreu em 1985 porque não se cuidou e foi tratado de forma incompetente e mentirosa, mas não houve ação criminosa. Em 1967 o aviãozinho em que viajava o marechal Castello Branco entrou inadvertidamente numa área em que voavam jatos da FAB, foi atingido por um deles e espatifou-se na caatinga. Nada além disso.

Baixo ceticismo

Ulysses Guimarães voava nas cercanias de Paraty durante uma tempestade e o helicóptero caiu na água.

Jango sofreu seu último enfarte enquanto dormia em sua fazenda, na Argentina. Morreu porque era um cardiopata.

A classificação, subjetiva, é do signatário, que não crê em quaisquer versões revisionistas. Quem quiser pode mudá-la, ao próprio gosto.

COLUNA DO LEITOR

TEORI ZAVASCKI

Morreu Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF. Impossível não especular que tenha havido um acidente forjado para facilitar a queima de arquivo. Como alguém deverá assumir os processos da Lava Jato, que poderão levar 200 políticos para a cadeia, a presidente do STF deveria lacrar o gabinete do ministro Teori até que o novo indicado assumira. O que não falta em Brasília são ratazanas noturnas, roendo documentos importantes. O Brasil está de luto e preocupado com os rumos da Lava Jato.

Beatriz Campos

SERGIO MORO

A morte do ministro Teori abre vaga no STF. Essa é a possibilidade de o presidente Temer virar um herói nacional, nomeando o juiz Sergio Moro para ocupar o cargo. O Brasil precisa dessa indicação.

Eugênio Iwankiw Junior

A escolha de Cármen

O Brasil está pendurado num sorteio eletrônico, uma espécie de roleta-russa sobre a Lava Jato. Se os processos sobre o caso de corrupção na Petrobras forem redistribuídos por sorteio entre os ministros, há um enorme risco de que eles caíam nas mãos de quem já se manifestou contra a investigação. A ministra Cármen Lúcia tem se inspirado em antigas conversas com o ministro Teori Zavascki para a decisão.

A presidente do Supremo procura um caminho dentro da lei que seja o mais seguro do ponto de vista institucional, mas não quer falar sobre o que vai acontecer. Me disse apenas uma frase, que tem orientado sua decisão:

“Justiça como valor precisa de homens de bem. Melhor o homem, melhor a Justiça prestada. Mais independente o juiz, mais imparcial é a Justiça. Como dizia o ministro Teori: ‘um juiz não pode perder a condição de condenar nem de absolver’.”

Há ministros que consideram que não há outro caminho possível a não ser o sorteio eletrônico, porque é isso que está no regimento. O ministro Marco Aurélio Mello afirma que o sorteio deve ser feito apenas entre os quatro nomes da segunda turma — Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello — porque, na opinião dele, qualquer outra decisão desrespeitaria o “princípio do juiz natural”.

Existem ministros que consideram que o melhor seria transferir alguém da primeira para a segunda turma. Mas isso poderia acabar se tornando quase como uma autonomia, como a que aconteceu com Dias Toffoli. Ele se ofereceu para ir e seus colegas concordaram. Agora teria que haver outro ministro com a mesma capacidade de escolher a si mesmo para a segunda turma. Quem for,

Os pontos-chave

- Ministra Cármen Lúcia se inspira em Teori para dizer como, teoricamente, precisa ser o juiz
- País terá que sair do novelo jurídico que virou a relatoria da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal
- Temer, por ter sido citado na investigação, não pode escolher como ministro alguém muito próximo

seja de que maneira, não herdará automaticamente os processos de Teori.

O presidente Michel Temer terá agora a chance de escolher um ministro para a vaga do Supremo. Temer é do mundo jurídico e conhece o pensamento dos juristas. Mas a sua própria exposição no caso da Lava-Jato diminui sua liberdade de nomeação. Se apontar um nome de pessoa muito próxima a ele, ficará parecendo que busca uma forma de se proteger da operação, processo no qual foi citado algumas vezes. Esse seria o caso do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, escolha que se for feita enfrentará grande resistência.

E se a opção for a de escolher alguém que a opinião pública tem certeza de que não irá defender os interesses do presidente? Se for, por exemplo, o juiz Sérgio Moro? Marco Aurélio Mello acha que isso poderia criar um problema complicado para a Lava Jato. Moro é o juiz da primeira instância nesse processo, tomou decisões que serão analisadas no Supremo. Ele teria que se considerar impedido de avaliar seus próprios julgamentos. Nesse cenário, o STF teria que decidir com número par de ministros.

CONTINUA

21 JAN 2017

22 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Não há decisão fácil para o presidente Temer, mas mais difícil é o dilema da presidente do STF. A decisão terá que ser rápida, porque o caso da Lava Jato não pode ficar em suspenso. Ainda mais neste momento em que 77 executivos da maior empreiteira do país já falaram, confessaram os crimes dos quais participaram, informaram os nomes dos políticos envolvidos, e tudo isso permanece sem homologação nem divulgação oficial. Uma delação múltipla ficou suspensa no ar com a morte do ministro Teori que, além das qualidades amplamente reconhecidas e das decisões sólidas e justas, tinha vasto conhecimento do assunto. A morte o colhe no momento em que ele começaria a tomar as decisões mais importantes do processo. A Lava Jato passará, a partir de agora, a julgar os políticos com foro e esse seria o grande trabalho de Teori.

O novo ministro a ser escolhido por Michel Temer não herdará os processos, porque procedimentos criminais não podem ser interrompidos até que se aguarde a nomeação do novo juiz. Por isso é que a nova distribuição tem que ser imediata.

A morte do ministro Teori Zavascki deixou o país enrolado num novelo jurídico, do qual terá que sair nos próximos dias com a escolha de um sucessor para ele no caso da Lava Jato. E terá que ser, como ele dizia, e bem lembrou a ministra Cármen Lúcia, alguém que não tenha perdido a capacidade de condenar nem de absolver. Nem todos os ministros do STF conseguem cumprir essa exigência.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

21 JAN 2017

22 JAN 2017

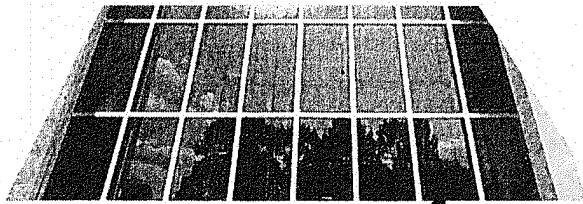
21 JAN 2017

GAZETA DO POVO

● TÉCNICO JUDICIÁRIO

22 JAN 2017

TJ-PR publica edital para concurso de técnico judiciário



PODER JUDICIÁRIO
PALÁCIO DA JUSTIÇA

São 60 vagas para o interior do estado e 40 para Curitiba e região.

Kamila Mendes Martins

● Após meses de expectativa, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) publicou na última quarta-feira (18) o edital para o concurso de técnico judiciário do 1.º Grau de Jurisdição. O último concurso aconteceu em 2009 e venceu em 2014.

Ao todo são 100 vagas — 60 para o interior (51 para concorrência geral, seis para afrodescendentes e três para pessoas com necessidades especiais) e 40 para Curitiba e Região Metropolitana (34 para concorrência geral, quatro para afrodescendentes e duas para portadores de necessidades especiais).

Conteúdo

A prova, que deve acontecer no terceiro trimestre deste ano, terá 60 questões de múltipla escolha, sendo 20 de Língua Portuguesa, 15 de Matemática e Raciocínio Lógico, 15 de Noções de Direito, 5 de informática e 5 de atualidades. Além disso, há ainda uma questão discursiva sobre o conteúdo de

Língua Portuguesa, valendo 40 pontos. A duração da prova será de 5 horas.

Ainda não há banca definida. As inscrições custam R\$ 100 e poderão ser feitas a partir de 23 de janeiro até 21 de fevereiro no site do TJ-PR (tjpr-jus.br).

Salário

A remuneração inicial para o cargo é de R\$ 5.516,51 mais auxílio alimentação (cerca de R\$ 880) e auxílio saúde (que varia de acordo com a idade do servidor).

A validade do concurso será de 2 anos, contados a partir da homologação do certame. De acordo com a Constituição Federal, esse prazo poderá ser prorrogado por igual período.

21 JAN 2017
22 JAN 2017

GAZETA DO POVO
● CRISE CARCERÁRIA

Um presídio exemplar

Parceria público-privada em Minas Gerais criou complexo prisional onde não há superlotação, rebeliões ou celulares

BELO HORIZONTE

Marcos Ricardo dos Santos

Especial para a Gazeta do Povo

● De toalha e sabonete nas mãos, quatro detentos se posicionam na entrada da cela onde estão. Por um alto-falante, escutam a instrução: estão autorizados para o banho. As portas se abrem e eles caminham até o banheiro. A ducha é cronometrada: cinco minutos, nem um segundo a mais. Em todo o procedimento, não há contato com agentes, tudo é operado remotamente, com a ajuda de câmeras. Minutos depois, o quarto está de volta à cela, vestidos com seus uniformes avermelhados. Em seguida, procedimento idêntico é iniciado na cela ao lado.

A cena remete ao imaginário construído pelos filmes americanos sobre as prisões do país, mas descreve o cotidiano do primeiro complexo presidiário no Brasil construído por meio de uma parceria público-privada (PPP).

O complexo funciona há quatro anos em Ribeirão das

Neves, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, e hoje possui três unidades, cada uma com 672 vagas, ocupadas exatamente por 672 presos. Outras duas unidades deverão ser construídas até o fim de 2018.

Por contrato, não há superlotação — não pode haver nem sequer um preso acima do limite de vagas. No total, são 2.016 detentos que vivem uma realidade bastante diferente dos outros 620 mil presos no país, de acordo o último levantamento do Ministério da Justiça.

Em relação à estrutura do complexo, não há comparação com os presídios tradicionais. As instalações são novas e o ambiente limpo e organizado. Nos corredores, há salas de aula, oficinas de trabalho e consultórios médicos, odontológicos e de psicologia. Porém, há uma rigidez disciplinar espartana que desagrada a muitos: o fumo é totalmente proibido em todas as dependências, não é permitido qualquer envio de alimentos, bebidas ou produtos de higiene pessoal por parte das famílias, tampouco se permitem objetos pessoais como televisão (há televisões em áreas comuns, passando somente programação educativa).

“É a pior prisão que já conheci”, diz José Roberto Pimentel, que tem um filho na

PPP e outro no presídio Nelson Hungria, em Contagem (MG). Por causa dos dois filhos, há 12 anos Pimentel os acompanha em diversas unidades do estado e reclama do excesso de rigidez. “Quem é viciado no cigarro não consegue simplesmente parar, principalmente alguns que são emocionalmente mais frágeis, já houve até tentativa de suicídio”, conta.

Maria Geralda de Andrade, que também tem um filho interno na PPP, acha que ele vem melhorando, inclusive de comportamento, por estar em um presídio com melhor estrutura. “Não tenho do que reclamar da PPP”, diz.

Em relação às visitas, que são permitidas a cada 15 dias, Geralda não vê diferença: “as visitas são iguais em qualquer lugar, a revista é ginecológica, mas pelo menos as agentes te tratam com mais respeito”. Ela espera que, quando o filho sair da cadeia, a princípio no fim do ano que vem, ele possa voltar a ter uma vida honesta.

CONTINUA

Definição clara das atribuições do consórcio explica sucesso

● Para o promotor Henrique Macedo, o desenho jurídico com atribuições bem definidas é em parte responsável pelos aspectos positivos da PPP, que vem obtendo resultados melhores do que os dos presídios que simplesmente terceirizaram a administração.

Ele explica que o modelo permitiu que o estado delegasse a tarefa de construção e de administração da unidade, mas manteve o seu papel precípua de poder de polícia e também de definir e aplicar penas administrativas aos detentos, sejam por infrações graves, médias ou mesmo leves cometidas dentro da unidade. Há um diretor administrativo da prisão, funcionário da empresa, e há um diretor geral, funcionário do estado. O poder público permanece também como responsável pela segurança externa do complexo e por realizar as transferências de presos.

Para verificar a qualidade, uma empresa terceirizada de auditoria realiza inspeções em celas escolhidas por sorteio, bem como avalia os serviços de atendimento em saúde, educação e trabalho.

Para Cirlene Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais, mais importante do que o regime administrativo ser público ou privado, o fundamental é que haja um respeito às garantias previstas na lei de execução penal.

Detentos buscam redenção por meio do estudo e do trabalho

● Segundo o promotor de Justiça Henrique Nogueira Macedo, que há cinco anos atua na Vara de Execução Penal de Ribeirão das Neves, o modelo mais rígido da PPP é preferido por aqueles que não querem tanto contato com outros detentos e estão mais interessados em estudar e em trabalhar.

Atualmente cerca de 30% dos internos da PPP estudam no ensino regular, mas segundo a empresa administradora, todos os detentos têm pelo menos alguma atividade de cunho educacional, como oficinas. "Temos até 32 internos que fazem curso superior a distância", conta Rodrigo Gaiga, presidente da GPA – Gestores Prisionais Associados, consórcio que administra a PPP. Este ano, 350 internos fizeram o Enem, buscando também conseguir vaga no ensino superior a distância.

Além do estudo, 22% dos presos trabalham hoje em atividades como a manufatura de acessórios automotivos. A tarefa de estabelecer parcerias com empresas que queiram contratar a mão de obra dos detentos é do consórcio. Haver oferta de trabalho para todos os presos interessados é um dos mais de 300 itens de qualidade que compõem o contrato entre o poder público a empresa administradora. Cerca de um terço da remuneração que a empresa recebe do estado está condicionado ao cumprimento dos itens de qualidade.

DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato tem duração de 27 anos (dois anos de construção e 25 de operação) e pode ser prorrogado por mais oito anos. Ao fim do contrato, o complexo com cinco presídios passará a ser patrimônio do estado de Minas Gerais.

CUSTO POR PRESO

Nas unidades administradas diretamente pelo governo de Minas Gerais, o custo médio mensal de cada preso é de R\$ 2,7 mil. No complexo privado, o valor chega hoje a R\$ 3,5 mil mensais por vaga.

23 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Novo relator da Lava Jato deve ser um dos atuais ministros do Supremo

Presidente do STF estaria avaliando possibilidade de homologar delações da Odebrecht ainda durante o recesso

Da Redação

● A declaração do presidente Michel Temer, no sábado, de que só indicará o substituto do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF) depois que a corte decidir quem assumirá a relatoria da Operação Lava Jato deixa praticamente certo que o novo relator da Lava Jato será um dos atuais ministros da corte.

“Só depois que houver a indicação do relator”, disse Temer durante o velório de Teori, em Porto Alegre. O ministro do STF, que era o relator da Lava Jato, morreu em um acidente aéreo na quinta-feira (19), no litoral do Rio.

A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, deu sinais já na sexta-feira (20) de que vai remeter os processos da Lava Jato a um dos atuais integrantes da corte. A tendência, segundo fontes de integrantes do tribunal, é que um dos ministros da Segunda Turma do STF — responsável por analisar as ações da operação — seja escolhido por meio de sorteio.

A Segunda Turma é composta pelos ministros Gilmar Mendes (impedido de ser escolhido por ser membro do TSE), Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e o decano, Celso de Mello.

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Vieira Sanseverino disse que a decisão de remeter o caso a um dos atuais ministros é acertada. “Não se deve deixar a relatoria para o novo ministro que vai assumir”, afirmou Sanseverino.

Delações

Em meio às negociações para a escolha do novo relator da Lava Jato, a presidente do STF, Cármen Lúcia, avalia chamar para si a responsabilidade de homologar as delações premiadas dos executivos da empreiteira Odebrecht, que estão em fase final no gabinete do ministro Teori Zavascki. A delação integra a Operação Lava Jato e põe na lista de investigados cerca de 120 políticos, com mandato no Congresso ou com vaga na Esplanada dos Ministérios.

De acordo com o jornal *O Globo*, a possibilidade de Cármen avocar para si a homologação levará em conta a gravidade e a excepcionalidade do momento. O regimento interno do STF lista que, entre as atribuições da presidente do tribunal, está “decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias”.

OAB PEDE DECISÃO JÁ

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou ontem que a sociedade brasileira “exige definição imediata” sobre os rumos da Operação Lava Jato e disse que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, deve decidir imediatamente sobre a homologação das delações da Odebrecht. “Não é cabível que, em situações excepcionais como esta, se aguarde o fim do recesso para que tal providência seja tomada”, disse Lamachia em nota à imprensa.

COLUNA DO LEITOR

Teori Zavascki

Que investiguem as câmeras do hangar onde estivera a aeronave que transportou o ministro Teori: quem andou no hangar nos últimos dias, quem fez a manutenção, e que busquem entre os destroços alguma pista. É muita coincidência cair o avião do ministro relator da Lava Jato logo quando ele colocaria o presidente no banco dos réus. Como cidadão, não vou aceitar calado a indicação de qualquer picareta nomeado pelo presidente.

Roque Gonzales Borgonovo

CONTINUA

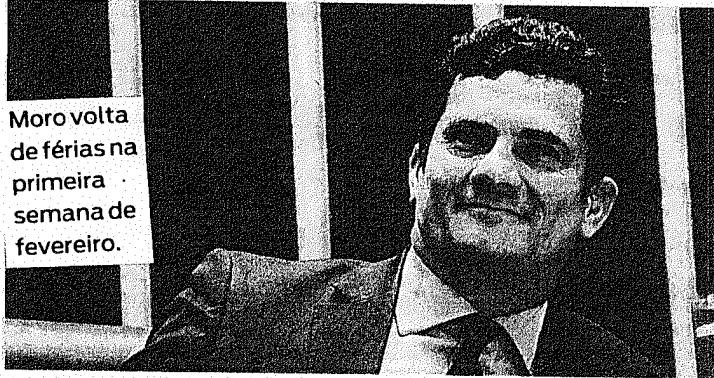
23 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AGENDA CHEIA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Moro volta de férias na primeira semana de fevereiro.

Lava Jato em Curitiba volta a funcionar parcialmente

| Kelli Kadanus

● Apesar da trágica morte do ministro Teori Zavascki – relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF) – a operação deve seguir normalmente em primeira instância. A partir de hoje os processos voltam a correr na Justiça Federal de Curitiba. Mas a operação deve entrar em “pleno funcionamento” somente na semana que vem, no início de fevereiro, quando o juiz federal Sergio Moro volta de férias e reassume o comando da 13ª Vara Federal. Os prazos processuais, que estavam suspensos desde o recesso de final de ano, voltam a

contar a partir desta segunda-feira (23). Eles servem para determinar o andamento do processo, com datas máximas para entregas de documentos e respostas a pedidos do juízo, por exemplo.

Por enquanto, quem segue no comando da Lava Jato em Curitiba é a juíza Gabriela Hardt, substituta de Moro. Ela está à frente da 13ª Vara Federal desde a volta do recesso, no dia 9 de janeiro.

Processos

Moro volta das férias na primeira semana de fevereiro com a agenda cheia. Entre os principais processos que aguardam tramitação na Justiça Federal estão os que envolvem o ex-presidente Lula no caso do triplex no Guarujá e o do ex-deputado federal Eduardo

Cunha, acusado de corrupção em contratos da Petrobras. O processo de Cunha é o mais adiantado. O interrogatório do ex-deputado está marcado para o dia 7 de fevereiro. Depois dessa fase, o Ministério Público Federal (MPF) e a defesa devem apresentar as alegações finais do processo – último passo antes da sentença do juiz. Já no processo envolvendo o ex-presidente Lula e outros sete réus, terminou no final do ano passado a oitiva das testemunhas de acusação. Os próximos passos são os depoimentos das testemunhas de defesa de cada um dos acusados.

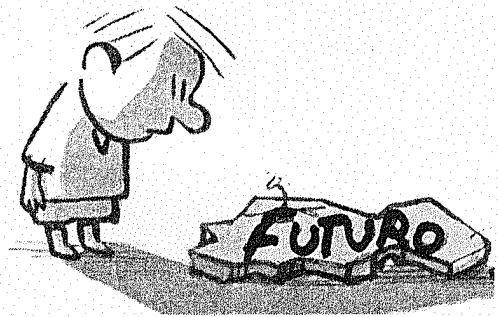
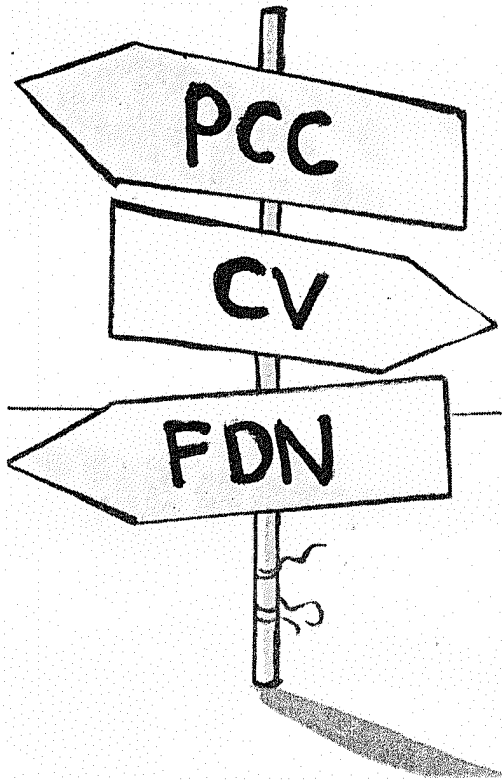
A primeira audiência do ano está marcada para o dia 1º de fevereiro, com a oitiva de testemunhas de acusação no processo contra o ex-ministro Antônio Palocci.

Moro também vai encontrar ao voltar de férias uma nova denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o executivo Mariano Ferraz, da empresa Decal do Brasil. Segundo a denúncia, a empresa teria pago US\$ 868,4 mil para obter a renovação do contrato firmado com Petrobras no Porto de Suape, em Pernambuco. Moro deve decidir se aceita ou não a denúncia.

23 JAN 2017

GAZETA DO POVO

BENEF



21 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

O equilíbrio de Teori Zavascki



A morte do ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, deu azo a todo tipo de especulações sobre o futuro da operação e a teorias da conspiração sobre suposto atentado patrocinado por empresários e políticos encrencados no escândalo. Afinal, o magistrado estava às vésperas de tornar públicas as delações premiadas de 77 executivos da Odebrecht, que presumivelmente acusam de corrupção dezenas de políticos. É em horas graves como essa que a razão deve prevalecer sobre o oportunismo e a histeria, que só favorecem os que têm agenda própria, muito distante do interesse nacional.

O ministro Teori Zavascki, embora ocupasse função importante na tramitação dos casos da Lava Jato, por ser responsável pelo relatório que servirá de baliza para a decisão do Supremo, não era senão um dos 11 votos daquele colegiado. Cada um dos ministros, quando os casos forem a plenário, vai votar ou com o relator ou contra suas conclusões, prevalecendo no final a opinião da maioria.

Assim, é evidente que, malgrado a importância da função que exercia no âmbito da Lava Jato, ao ministro não cabia qualquer poder absoluto ou que o tornasse imprescindível para a continuidade do processo. Tanto é assim que a única consequência prática da substituição de Teori será um previsível adiamento da publicação das delações, pois o novo relator deve ter tempo para se inteirar do volumoso processo.

Esse adiamento não pode ser considerado, em nenhuma hipótese, um golpe contra a Lava Jato, pois a tramitação no Supremo não corre em regime de urgência, já

que de urgência não se trata. É a prudência, aliás, que coroará de legitimidade as decisões emanadas do Supremo.

Portanto, dizer que a trágica e sentida morte de Teori Zavascki coloca em risco a própria Lava Jato, como muito se ouviu e leu desde que se confirmou a triste notícia, é um evidente exagero, que, à primeira vista, se prestaria a pressionar o futuro substituto do relator e o próprio Supremo a agir segundo o que esperam certos cruzados da luta contra a corrupção – os mesmos que se vêm notabilizando ultimamente pela intempestividade de métodos e propósitos. A manobra também se presta a atingir o governo Temer, insinuando-se que o presidente da República, por ter auxiliares e aliados citados nas novas revelações, só teria a ganhar com a morte de Teori, uma teoria tão estapafúrdia que só prospera no ambiente irresponsável e leviano das redes sociais.

Seja quem for o substituto de Teori Zavascki – mesmo no caso de ser o indicado pelo presidente Michel Temer para ocupar a vaga –, ele terá de se submeter, como qualquer outro ministro, aos limites de suas funções. Desde o primeiro grande escândalo da era lulopetista, o mensalão, ficou provado que o Supremo cumpre sua missão com isenção, mesmo numa ocasião em que era formado por uma maioria absoluta de ministros indicados pelo governo cujo partido, o PT, estava no centro das tramoias. Os caciques petistas mandados para a cadeia são a prova de que esses magistrados não estavam ali para poupar o governo e o PT, razão pela qual não passa de ilação maldosa a suspeita de que o indicado por Temer estará no Supremo para trabalhar pelo presidente.

E inegável que o Supremo – que como instituição certamente superará a tragédia e prosseguirá seu trabalho para dar o esperado bom termo à Lava Jato, com a punição exemplar dos políticos corruptos – com a morte de Teori Zavascki fica privado de um ministro exemplar. Sua principal característica era sua enorme discrição, algo notável em um lugar que se notabilizou, nos últimos anos, pela guerra de egos e pela busca intensiva dos holofotes. O ministro Teori Zavascki sempre conferiu às suas decisões o equilíbrio que se espera de quem ocupa o mais alto cargo da magistratura e lida com questões tão importantes para o País. Em tempos de ânimos acirrados, em meio à mais grave crise moral da história nacional, esse equilíbrio fará falta.

21 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

'Seria ruim para o País ter um ministro assassinado'

Filho de Teori cobra investigação 'a fundo' sobre acidente que matou seu pai; ele afirma que não pode ser descartada nenhuma hipótese

Daniel Weterman

O advogado Francisco Prehn Zavascki, filho do ministro Teori Zavascki, que morreu anteontem em Paraty em acidente aéreo, cobrou uma investigação "a fundo" da morte do pai e disse que nenhuma possibilidade está descartada. "Seria muito ruim para o País ter um ministro do Supremo assassinado", disse em entrevista à **Rádio Estadão**.

"É preciso investigar a fundo e saber se foi acidente ou não, que a verdade venha à tona, seja ela qual for", afirmou Francisco. Teori era o relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF).

O advogado disse que a família está acompanhando os desdobramentos das investigações. O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal já comunicaram que abriram inquéritos para apurar as causas do acidente.

"Ainda não parei para pensar, não deu tempo para pensar com mais calma nisso, mas não podemos descartar qualquer possibilidade. No meu íntimo, eu torço para que tenha sido um acidente, seria muito ruim para o País ter um ministro do Supremo assassinado", disse.

Ameaças. O filho de Teori afirmou ainda que havia grupos contrários às investigações de casos de corrupção no País e que o ministro já teria recebido ameaças. "Seria infantil dizer que não há movimento contrário, agora a questão é o que o movimento seria capaz de fazer."

Francisco disse também que o pai estava bastante concentrado na homologação das delações premiadas de executivos e ex-executivos da Odebrecht, o que estava programado para ocorrer em fevereiro. Os 77 delatores produziram cerca de 950 depoimentos cuja análise estava em fase final. "Ele tinha perfeita noção do impacto que tem no País e isso poderia realmente fazer o País ser passado a limpo."

Convívio. O advogado falou também sobre a relação com o pai. "Ele sempre passava essa imagem de sisudo, carrancudo e, de fato, no trabalho sempre teve postura austera, mas, com os amigos, sempre foi muito debochado e brincalhão. Revela a forma séria como encarava seu trabalho na magistratura", contou.

Francisco disse que a última conversa foi na quarta-feira. "Falamos de assuntos da vida. Ele estava em Porto Alegre e a gente se encontrou por aqui, para conversar um pouquinho. A rotina dele era sempre em Brasília. Aproveitamos recesso e férias para botar as fofocas em dia."

21 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO Ministro cita Moraes e diz que Moro seria risco para a operação

Marco Aurélio Mello sugere nome de atual titular da Justiça para o lugar de Teori; para ele, juiz traria 'duplo prejuízo'

Igor Gadelha / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello sugeriu o nome do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para integrar a Corte, em substituição a Teori Zavascki, que morreu anteontem em um acidente aéreo no litoral de Paraty, no Rio de Janeiro.

Em entrevista ao **Estado**, Mello afirmou também que não vê riscos à Lava Jato, mas fez a ressalva de que a hipotética indicação do juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba, que comanda os processos na primeira instância, traria um "duplo prejuízo" à operação.

Perfil. Marco Aurélio disse que "o perfil ideal é um nome com bagagem jurídica e experiência" para suceder Teori.

"Aí nós temos, por exemplo, o ministro que está no Ministério da Justiça, que foi do Ministério Público, é professor, constitucionalista, foi secretário de Segurança Pública do (ex)prefeito (*Gilberto*) Kassab, secretário de Justiça e Segurança Pública do governo (*Geraldo*) Alckmin, e aceitou o sacrifício de ir para Brasília trabalhar no Ministério da Justiça", disse.

A atribuição de indicar o novo ministro do Supremo é do presidente da República, Michel Temer. Marco Aurélio, no entanto, disse que o indicaria.

O Juiz da Lava Jato
"No Supremo, (*Moro*) estaria impedido de julgar processos em que já havia atuado na primeira instância. Aí teríamos um duplo prejuízo."

Marco Aurélio Mello
MINISTRO DO SUPREMO

"Se a caneta fosse minha."

Afirmando que não vê riscos à Lava Jato, o ministro fez apenas uma ressalva: "O risco ocorreria, por exemplo, se escolhêssemos este grande nome da magistratura, para ir para o Supremo, né? Ressalto que é o juiz Sérgio Moro. Por quê? Porque ele domina o processo que está em curso no Paraná, os diversos processos. E, no Supremo, estaria impedido de julgar, no grau recursal ou habeas corpus, esses processos, em que já havia atuado na primeira instância. Aí teríamos um duplo prejuízo, perderíamos uma pedreira da magistratura, que é a primeira instância e também no Supremo."

Uma campanha foi iniciada na internet nesta quinta-feira, com a hashtag #moronoSTF, e o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero foi um dos que compartilharam este desejo.

Discrição e ousadia

**Cármem Lúcia evitará
que novo ministro chegue
ao STF sob suspeita**

Caso venha mesmo a escolher o novo relator da Operação Lava Jato, como tem sido falado nos bastidores, a presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, vai tirar um peso das costas do presidente Michel Temer e de quem vier a substituir o ministro Teori Zavascki, morto na quinta-feira num acidente aéreo, em Paraty.

Cármem Lúcia evita, com a decisão, que o escolhido por Temer para o lugar de Teori chegue ao STF carregando a suspeita de que deve a indicação a algum tipo de arranjo político feito para melar a Lava Jato. Temer, ministros de sua roda mais próximos e parlamentares são citados em delações de empresários negociadas com o Ministério Público. Como o regimento do STF diz que o substituto herda os processos relatados pelo substituído, qualquer nome a ser escolhido por Temer estaria sujeito a algum tipo de suspeita. Mas a presidente do STF vai encaminhar outra solução para o caso da relatoria da Lava Jato. Assim, tal situação deverá ser evitada.

A decisão de Cármem Lúcia poupa ainda o Senado de passar por um grande vexame. Dos 81 senadores que vão aprovar a indicação do novo ministro, 13 são investigados pela Lava Jato. Seria estranho que definissem o nome de quem vai relatar o processo que decidirá o futuro deles. Sem contar que assim que uma pessoa é indicada para o STF, ela vai aos gabinetes dos senadores, um a um, para apresentar suas credenciais. Em mais de uma dezena dessas visitas estariam frente à frente o eventual réu e o futuro julgador, este pedindo o apoio daquele, o qual logo poderá condenar.

Estas questões são políticas. E parecem já ter encontrado uma solução que evitará constrangimentos por todos os lados.

Fica agora no ar a expectativa de quem o presidente Michel Temer vai escolher para o lugar de Teori. Fala-se nos bastidores do Palácio do Planalto que será um nome técnico, para evitar especulações. Por mais que esse técnico, de notável saber jurídico e reputação ilibada, exigências constitucionais

para que alguém chegue ao STF, seja competente, será difícil ocupar o lugar deixado por Teori.

Nos pouco mais de quatro anos em que exerceu o cargo de ministro do STF, Teori teve uma atuação marcada pela discrição, que alguns qualificaram de “à moda antiga”, e pela ousadia nas decisões. Decisões jamais tomadas por seus pares em qualquer época.

Foi dele a ordem de prisão preventiva ao então líder do governo no Senado, Delcídio Amaral, por suspeita de atrapalhar as investigações da Lava Jato. Teori agiu com tamanha discrição que um assunto tão bombástico como este, da prisão de um senador em pleno mandato, jamais vazou. E a decisão foi tão bem fundamentada que no mesmo dia o Senado fez uma sessão extraordinária destinada exclusivamente a confirmar a sentença do ministro.

Também foi de Teori a decisão que afastou da presidência da Câmara e do mandato parlamentar o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na sentença, ele lembrou que a situação era extraordinária e excepcional. Por isso mesmo, pontual e individualizada. Não havia risco de se estender em massa a outros congressistas. “O imponderável é que legitima os avanços civilizatórios endossados pelas mãos da Justiça”, justificou-se Teori na decisão. Para em seguida dizer que, mesmo não havendo previsão específica na Constituição a respeito do afastamento de parlamentares do mandato, no caso de Eduardo Cunha tal situação se fazia necessária.

Com as duas sentenças Teori Zavascki mudou o curso da História. Delcídio Amaral e Eduardo Cunha tiveram o mandato cassado e foram parar atrás das grades. Delcídio está livre porque aceitou fazer um acordo de delação premiada, acordo homologado por Teori.

21 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz barra aumento da velocidade nas Marginais

Magistrado acolheu argumento de que promessa de campanha de Doria traria risco a ciclistas e pedestres; gestão diz que vai recorrer

Bruno Ribeiro
Fabio Leite
Luiz Fernando Toledo

A Justiça de São Paulo barrou a tentativa de aumento nas velocidades máximas das Marginais do Tietê e do Pinheiros, uma das principais promessas de campanha do prefeito João Doria (PSDB). A mudança de limites ia valer a partir da próxima quarta-feira, dia 25, aniversário da capital. A equipe de Doria afirma que vai recorrer da decisão.

O juiz Luis Manoel Fonseca Pires, da 4.^a Vara da Fazenda Pública, atendeu ao pedido de liminar em ação da Associação de Ciclistas Urbanos da Cidade de São Paulo (Ciclocidade), que argumentava que o aumento das velocidades traria risco ao trânsito, especialmente para ciclistas e pedestres.

A proposta de Doria era elevar os limites das pistas locais de 50 km/h para 60 km/h, das centrais de 60 km/h para 70 km/h e das expressas de 70 km/h para 90 km/h. Após pressão feita pela Ciclocidade e por outras entidades de ciclistas, o prefeito havia feito pequeno recuo e mantido o limite de 50 km/h nas faixas da direita das pistas locais.

Em sua decisão, o juiz Pires afirma que “resultados estatísticos apurados pelo próprio Poder Público, concluíram, após pouco mais de um ano de experiência, pelo acerto da medida

(da redução de velocidades proposta pelo ex-prefeito Fernando Hadad)”.

O juiz segue: “Portanto, não é possível a derrogação súbita de um projeto – de ‘metas coletivas e conscientes’ – sem que haja estudos que revelem alternativas à mudança da política pública, o que deve contar com uma fundamentação contextualizada da razão pela qual a política pública adotada deve ser interrompida, ou melhor, direcionada em sentido contrário ao que se orientava.”

Ainda de acordo com Pires, “ao se considerar que há sólida política pública de mobilidade urbana que se desenvolve há tempos, alinhada às funções sociais da cidade e a diretrizes internacionais de segurança no trânsito, políticas públicas que têm alcançado resultados francamente positivos quanto à redução do número de mortes no trânsito, sem comprometimento da circulação dos veículos”.

“Ao se ponderar que a redução das velocidades nas marginais integra-se a uma sequência de outros atos dentro de um programa de prevenção a acidentes, o que reforça os precedentes administrativos nesta seara, e por isto não podem ser subitamente superados sob pena de caracterização de um retrocesso social, e ainda ao constatar que não há qualquer prejuízo à Administração Pública ao suspender a alteração drástica da política pública existente, defiro a tutela de urgência”, afir-

mou o juiz da 4.^a Vara da Fazenda Pública em sua decisão.

É a segunda vez que o prefeito sofre uma derrota jurídica durante a tentativa de implementação de seus planos de governo, com três semanas de mandato. Na semana passada, o Tribunal de Justiça impediu que o prefeito e seu padrinho político, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), reajustassem as tarifas integradas de trens, metrô e ônibus em uma ação para manter o valor da tarifa básica a R\$ 3,80, outra de suas promessas de campanha.

Sinalização. Desde o dia 12, a Prefeitura já vinha trocando a sinalização viária na Marginal do Tietê para que a pista estivesse adequada aos novos limites a partir da semana que vem.

A advogada Juliana Maggi Lima, uma das advogadas que assinam a ação da Ciclocidade, afirma que a decisão serve para estimular o debate sobre o aumento dos limites de velocidade na via. “Essa é uma discussão com muita paixão e pouca informação técnica”, diz. “A ação estava bem fundamentada. A gente citou uma série de estudos e normas sobre os impactos da redução de velocidade. A Ciclocidade entrou com a ação em defesa da vida de pedestres e ciclistas.

CONTINUA

21 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dados. Ao tomar sua decisão, o juiz considerou um estudo da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) que aponta que, “de julho de 2014 a junho de 2015, houve 64 acidentes com mortes nas marginais ante 31 mortes no mesmo lapso subsequente, de julho de 2015 a junho de 2016. Em outras palavras, uma redução de 52% do número de acidentes fatais”.

Além disso, o juiz citou ainda o fato de ter sido registrada uma redução de 8% nos índices de congestionamento após a adoção da medida. A CET estima em R\$ 189 milhões os custos hospitalares decorrentes dos acidentes nas marginais.

Resposta. Por meio de nota, a gestão Dória afirmou que “a liminar concedida na tarde desta sexta-feira suspendendo a readequação da velocidade das marginais será cumprida pela Prefeitura de São Paulo”. Ainda segundo o texto, a administração municipal “recorrerá da decisão assim que for notificada pelo Poder Judiciário”.

22 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro atual vai assumir relatoria da Lava Jato

Presidente Michel Temer afirma que só indicará substituto de Teori após Supremo

definir novo responsável pelos processos; escolhido deve ser integrante da 2ª Turma

Beatriz Bulla
Ricardo Galhardo
Álvaro Campos
ENVIADOS ESPECIAIS
PORTO ALEGRE

O presidente Michel Temer confirmou ontem que só indicará o substituto do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal depois que a Corte decidir quem assumirá a relatoria da Operação Lava Jato. “Só depois que houver a indicação do relator”, disse Temer durante o velório de Teori, em Porto Alegre. O ministro morreu em um acidente aéreo na quinta-feira, em Paraty, no litoral do Rio.

Antes mesmo da declaração, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, dava sinais de que vai remeter os processos da Lava Jato a um dos atuais integrantes da Corte. O mais provável, na visão de fontes que integram o tribunal, é que um dos ministros da Segunda Turma do STF – responsável por analisar as ações da operação – seja escolhido por meio de sorteio para herdar a relatoria.

A definição de quem ficará responsável pela Lava Jato no Supremo abriu uma discussão nos meios jurídico e político sobre o futuro da operação. A preocupação é se o novo responsável pelos processos no Supremo vai manter o caráter técnico com o qual Teori costumava conduzir o caso. A Corte julga investigados com foro privilegiado, como parlamentares e ministros de Estado.

Compõem a Segunda Turma e, portanto, poderiam assumir

• Função

“Vai ser resolvido institucionalmente.”

Sérgio Moro
JUIZ FEDERAL

“Não se deve deixar a relatoria para o novo ministro que vai assumir.”

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

MINISTRO DO STJ

a relatoria os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e o decano do tribunal, Celso de Mello. Uma cadeira ficou vaga com a morte de Teori.

Em tese, o posto na Segunda Turma deixado por Teori seria preenchido pelo próximo ministro, a ser indicado por Temer. Há um precedente na Corte, no entanto, para que um dos integrantes da Primeira Turma migre para o outro colegiado. Isso ocorreu em 2015, quando Toffoli pediu para integrar a Segunda Turma do Supremo.

A medida teve o objetivo de evitar empates em julgamentos da Lava Jato e também de retirar do futuro ministro nomeado – que veio a ser Edson Fachin – o ônus de ser indicado com a pressão de quem iria ter em mãos a investigação sobre o esquema de corrupção na Petrobrás. Fachin passou a integrar a Primeira Turma do STF.

A expectativa é de que os ministros adotem a mesma solução agora. Mas, por enquanto, todos aguardam os primeiros sinais de Cármen Lúcia, que já anunciou que só falará sobre isso no retorno a Brasília.

Velório. Ontem, a ministra foi a primeira representante do STF a chegar, logo pela manhã, ao velório de Teori, em Porto Alegre, mas evitou declarações públicas sobre o tema.

O assunto, porém, permeou conversas entre autoridades presentes à cerimônia.

Questionado sobre o fato de Temer aguardar a definição sobre o novo relator, o juiz Sérgio Moro disse que “compete ao Supremo” encontrar uma solução. “As instituições estão funcionando. Vai ser resolvido institucionalmente”, disse Moro.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, a decisão de remeter o caso a um dos atuais ministros é acertada. “Não se deve deixar a relatoria para o novo ministro que vai assumir. Seria uma situação política extremamente delicada”, afirmou Sanseverino.

Em reservado, ministros no Supremo afirmam que não gostariam de assumir a Operação Lava Jato. A avaliação é de que Teori estava longe de especulações sobre eventual ligação com a política e, de forma discreta, conseguia conduzir o caso de maneira independente.

CONTINUA

22 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Um exemplo mencionado é a decisão do ministro de anular o áudio em que a presidente cassada Dilma Rousseff conversava com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ainda receber um pedido de “escusas” do juiz Sérgio Moro.

O futuro da Lava Jato tem causado apreensão na Procuradoria-Geral da República. Rodrigo Janot revelou a pessoas próximas preocupação com o destino da operação na Corte. Ele mantém relação próxima com Teori, a exemplo de Moro, que conduz a Lava Jato em Curitiba.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 JAN 2017

RUBENS FIGUEIREDO Ofensa ao bom senso

De modo geral, nossa opinião pública tem uma irresistível atração por episódios que possam ser associados a crises, ameaças e riscos. Quando se agrega um suposto componente conspiratório, então, a curiosidade cresce em progressão geométrica, jogando ao rés do chão a qualidade das “análises” sobre o acontecimento.

Também temos uma tendência, que as redes sociais acentuam, de explicar as instituições como o resultado da ação individual de seus integrantes. Instituições são bem mais do que isso. São estruturas que sedimentam ao longo do tempo regras de funcionamento e de conduta.

É evidente que se a relatoria da Lava Jato for definida por sorteio, a publicidade e o ritmo de condução do processo vão depender do novo ministro-relator. O estilo de Ricardo Lewandowski é bem diferente do de Gilmar Mendes, o preparo jurídico de Dias Toffoli fica a anos-luz da competência de Celso de Mello. Uns gostam muito dos holofotes, outros nem tanto.

Mas o Supremo tem uma dinâmica que circunscreve a liberdade das iniciativas individuais a determinados parâmetros. Acima de tudo, os ministros lá estão para aplicar a lei sob intensa vigilância da sociedade. Não fazem o que lhes dá na telha. E, se isso acontece, está lá o plenário para corrigir a idiossincrasia.

A história recente do Supremo Tribunal Federal é dignificante. Ministros indicados por presidentes petistas puniram com rigor políticos petistas. Difícil pinçar uma prova mais contundente de independência e zelo. Neste contexto, concluir que a trágica morte do competente ministro Teori Zavascki colocaria em risco a Operação Lava Jato, podendo gerar uma grave crise política e se tornar uma ameaça à democracia, é mais que só uma sandice: é uma ofensa ao bom senso.

*
É CIENTISTA POLÍTICO PELA USP E CONSULTOR DA
FUNDAÇÃO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Turmas julgam ações penais

Uma alteração no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (STF), feita em 2014, transferiu do plenário da Corte para as turmas o julgamento de ações penais e inquéritos originários, destinados a apurar crimes atribuídos a autoridades com foro por prerrogativa de função.

Nas turmas são julgadas ações que não demandam a declaração de inconstitucionalidade (essas ações são de competência do plenário).

Cada uma das duas turmas é constituída por cinco ministros e presidida pelo mais antigo dentre seus integrantes, que ocupa o posto por um período de um ano, vedada a recondução.

COLUNA DO ESTADÃO

Temer tem hoje quatro opções para o Supremo

Quatro nomes se destacam hoje no processo de escolha do presidente Michel Temer para ocupar a vaga de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal. Interlocutores do presidente dizem que, nesse momento, as principais opções são o ministro do STJ Luis Felipe Salomão, o tributarista Heleno Torres, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas. Contra o último existe a resistência pelo fato de ser ainda muito ligado politicamente ao grupo do senador Renan Calheiros.

● **Como está.** A opção pelo respeitado Salomão traria a vantagem de abrir outra vaga para Temer no STJ. Já Moraes tem muito apoio político e a torcida velada de pelo menos três ministros do Supremo. Já Heleno tem o conhecimento tributário a seu favor.

22 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO ADEUSA TEORI NO RS REÚNE MUNDO POLÍTICO E JURÍDICO

Cerimônia na sede de tribunal foi acompanhada por familiares e autoridades

Ricardo Galhardo

Ályaro Campos

Beatriz Bulla

ENVIADOS ESPECIAIS

PORTO ALEGRE

O velório do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, ontem, em Porto Alegre, atraiu de integrantes de movimentos por moradia do Acre e expoentes do mundo jurídico ao presidente Michel Temer e integrantes de governos petistas, como o ex-ministro da Justiça e ex-governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro.

“Ele tomou muitas decisões favoráveis aos movimentos sociais de Brasília e Rio Grande do Sul”, disse Francisco Rafael Lopes e Silva, da Associação de Luta pela Moradia do Acre, que foi prestar homenagem ao ministro.

Silva estava no primeiro grupo de dez pessoas que entrou no plenário do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) para o velório, que foi aberto para o público às 11 horas.

A família de Teori passou a noite à espera do corpo, mas a transferência para a capital gaúcha, aguardada para a madrugada, só ocorreu de manhã. Segundo funcionários do TRF-4, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, ficou com a família durante toda a madrugada.

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, foi uma das primeiras autoridades a chegar. Em rápido pronunciamento, evitou temas polêmicos. “Ele foi um verdadeiro herói”, afirmou. Teori morreu em um acidente aéreo na quinta-feira, em Paraty (RJ).

O ministro Dias Toffoli, colega de Zavascki no STF, também driblou os temas espinhosos. “É uma perda pessoal que nos abala muito. Vim dar um beijo em um grande amigo.”

Prefeito de Faxinal dos Guedes (SC), Gilberto Lazzare levou ao velório uma bandeira da cidade natal de Teori e uma flâmula do Itagiba, time de futebol fundado pelo pai do ministro. Antes de deixar a cerimônia, Cármen Lúcia atendeu a pedidos e, ao lado de familiares de Teori, posou para fotos próxima ao caixão.

23 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Ministros do STF

divergem

sobre escolha de relator

Integrantes da Corte ouvidos pelo 'Estado' têm avaliações diferentes sobre como deve

ser feita a redistribuição dos processos da Lava Jato;

Cármem Lúcia mantém silêncio

Beatriz Bulla

ENVIADA ESPECIAL / PORTO ALEGRE

Enquanto a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, não se manifesta sobre quem vai assumir a relatoria da Operação Lava Jato, ministros da Corte ouvidos pelo Estado divergem sobre como a escolha deveria ser feita. O caso era relatado por Teori Zavascki, que morreu na quinta-feira passada em desastre de avião, em Paraty, no litoral do Rio.

Em caráter reservado, ministros defendem que os processos sejam remetidos a um dos integrantes da Segunda Turma da Corte – da qual Teori fazia parte. Neste caso, a relatoria ficaria com Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli ou Celso de Mello. Outros alegam que, como há investigados julgados no plenário – caso do atual presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) –, a distribuição deveria ser feita entre todos os demais magistrados do Supremo.

Entre os ministros, há também quem defenda que Cármem Lúcia deveria seguir à risca o regimento interno, remetendo o caso ao substituto de Teori na Corte. Possibilidade praticamente descartada diante da de-

claração do presidente Michel Temer, durante o velório de Teori, de que só indicará o novo ministro após definida a relatoria da Lava Jato pelo Supremo. A decisão veio depois dos sinais enviados por Cármem Lúcia ao Planalto de que o substituto não será o relator.

Se outros artigos do regimento forem seguidos, ainda é possível que casos urgentes sejam encaminhados aos ministros revisores da Lava Jato. Na Segunda Turma, o revisor é o decano, Celso de Mello. Já no plenário, o revisor é Luís Roberto Barroso.

Os investigados a serem julgados pelo STF são aqueles com direito a foro privilegiado, como ministros de Estado, deputados e senadores. A morte de Teori, que pretendia decidir sobre a homologação das delações de executivos da Odebrecht ainda na primeira quinzena de fevereiro, criou apreensão sobre a manutenção do caráter técnico na condução do caso.

Urgência. Uma demanda considerada urgente na Corte é dar andamento ao processo de homologação das 77 delações de executivos da Odebrecht. A equipe de Teori trabalhava no material mesmo durante o receso, mas após a morte do relator tudo foi paralisado.

De acordo com dois ministros ouvidos pelo Estado, a probabilidade de Cármem Lúcia homologar as delações até o dia 31 de janeiro, durante o receso do Judiciário, é baixíssima.

Primeiro, porque acreditam que não há previsão legal ou regimental para tal ato. Para um ato urgente, será necessário definir o novo relator e considerar que há urgência em validar a delação como prova.

Em segundo, os ministros acreditam que não faz parte do perfil da presidente do Supremo tomar uma decisão desse nível sozinha. A avaliação é de que ela deve promover conversas informais sobre o assunto com os colegas. Os ministros estão prontos para iniciar a discussão interna. Há quem considere a possibilidade, entre assessores e ministros, de antecipar a volta das férias.

Silêncio. Por ora, ministros aguardam os primeiros sinais para saber como Cármem Lúcia vai agir. E consideram que deverão participar da decisão, tão logo ela dê abertura. No fim de semana, a ministra optou pela discrição.

A presidente do Supremo retornou a Brasília logo após participar do velório de Teori, antontem em Porto Alegre. Na cerimônia fúnebre, evitou conversas até mesmo com os próprios colegas de Corte.

CONTINUA

23 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Apesar de ter sido a primeira integrante do STF a chegar ao velório de Teori, esteve apenas em alguns momentos no plenário do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), onde estava o caixão. Por isso, não conversou com os demais ministros no local: Dias Toffoli – um dos mais emocionados –, Gilmar Mendes, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski.

Cármen também não acompanhou os ministros em almoços após o velório. Toffoli e Lewandowski dividiram mesa em uma churrascaria famosa na cidade. Já Gilmar saiu mais cedo, após almoçar com o ministro-chefe da Casa Civil e um dos homens fortes do governo Temer, Eliseu Padilha.

A ministra ficou com a família de Teori no local do velório, onde posou para fotos, mas não falou com a imprensa. /

COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

'Novo relator da Lava Jato terá muito poder'

23 JAN 2017

O presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Roberto Veloso, acredita que a opinião pública precisará ficar atenta à substituição do ministro Teori Zavascki como relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal. Com a morte de Teori, Veloso teme que quem o substituir possa segurar as investigações. "Dependendo de quem for escolhido para cuidar do caso, há risco sim para a Lava Jato", afirma. Para Veloso, será dado um poder muito grande para quem assumir a tarefa. "Ele poderá barrar as investigações, se quiser", diz.



Roberto Veloso,
presidente da
Ajufe

◆ Lava Jato sem Teori

O novo nomeado para cuidar do caso, seja alguém já do Supremo ou o ministro que será indicado para substituir Teori Zavascki, terá muito poder. Porque ele poderá continuar o trabalho do ministro Teori, mantendo as investigações. Ou terá o poder de impedir a continuidade das investigações. Por isso, nós da Ajufe estamos acompanhando de perto essa situação.

● Riscos

Dependendo de quem for escolhido para cuidar do caso, há risco sim para a Lava Jato. Porque o ministro a quem couber os processos terá o poder de, monocraticamente, barrar as investigações. Claro que terá de enfrentar o peso da reação da opinião pública, mas é um risco real

● Substituto de Teori

Defendemos que seja um magistrado de carreira. Com o mesmo perfil do ministro Teori, que foi desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª região. Foi ministro do STJ e, depois, seguiu para o Supremo. Se tivermos um magistrado com esse perfil e com essa experiência será o perfil ideal para tocar esse processo.

● Senadores réus

Infelizmente, nem a Constituição, nem nenhuma outra lei, impede os senadores que são réus no Supremo de votar ou mesmo de sabatinar o futuro ministro do Supremo. Mas é claro que essa é uma situação preocupante. A pessoa que vai julgar esses senadores será escolhida por eles próprios. É algo paradoxal.

● Sérgio Moro

O apelo popular para a nomeação do juiz Sérgio Moro para essa vaga no Supremo, evidentemente, será muito grande. Ele é uma pessoa gabaritada, culta, preparada. Na minha opinião, ele tem amplas condições de assumir a vaga de ministro do Supremo. Seja agora ou mais tarde.

● Delações da Odebrecht

Inevitavelmente, com a morte do Teori, vai atrasar o processo de homologação das delações da Odebrecht. Porque quem assumir terá de se informar sobre os processos. E a gente sabe que esses processos não são simples. O novo relator vai ter de montar sua equipe. São várias decisões que causarão atraso.

23 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

VERA
MAGALHÃES

A Cármen o que é de Cármen

Os ministros do Supremo Tribunal Federal acreditam que, ainda que consulte o colegiado ou um a um, reservadamente, sobre o critério a adotar para designar o novo relator da Lava Jato na Corte, Cármen Lúcia decidirá sozinha que caminho seguir entre os vários previstos pelo regimento interno.

A presidente do STF ainda não conversou com os colegas sobre as opções, mas já avisou que começará a chamá-los ainda nesta semana.

Por enquanto, Cármen pediu pareceres à assessoria técnica do Supremo sobre as várias disposições do regimento interno para casos de substituição de relatores. Quer saber todos os precedentes e quais hipóteses são aplicáveis ao caso da sucessão de Teori Zavascki.

A decisão de Michel Temer de adiar a indicação do novo ministro dividiu os magistrados: a maioria elogiou o “desprendimento” e o “espírito conciliador” do presidente, mas alguns apontaram que ele abriu mão de uma prerrogativa depois de a presidente do Supremo ter invadido algumas do Executivo – como no episódio em que mandou sustar o confisco de recursos do Rio de Janeiro.

Só uma alternativa é descartada pela maioria dos ministros ouvidos: a de o decano da Corte, Celso de Mello, assumir a relatoria. “Ele pode, como revisor, dar alguma decisão em caráter emergencial enquanto o relator não for designado. Mas não tem saúde para assumir algo dessa proporção. Designá-lo seria empurrá-lo para a aposentadoria precoce, algo que ele não fez ainda porque gosta muito do tribunal”, observa um ministro.

23 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

OAB pede que Cármen decida sobre delação

• Celeridade

“É fundamental que a ministra decida sobre a homologação das delações. Não há tempo a perder.”

Claudio Lamachia

PRESIDENTE NACIONAL DA OAB

Em nota, presidente nacional da ordem diz que sociedade 'exige definição imediata' sobre rumos da Lava Jato

BRASÍLIA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou ontem que a sociedade brasileira “exige definição imediata” sobre os rumos da Operação Lava Jato e disse que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, deverá decidir imediatamente sobre a homologação das delações de executivos e ex-executivos da Odebrecht.

“Não é cabível que, em situações excepcionais como esta, se aguarde o fim do recesso para que tal providência seja tomada. Nesses termos, é fundamental para o País que a ministra Cármen Lúcia, desde já, decida sobre a homologação ou não das delações. Não há tempo a perder. É o que a sociedade brasileira espera”, disse Lamachia em nota à imprensa.

“O País não pode caminhar em meio a dúvidas e suspeições suscitadas pela indefinição decorrente do trágico falecimento do ministro Teori Zavascki. Ele próprio estava ciente dessa urgência, que o levou a organizar uma força tarefa para dar continuidade aos trabalhos no recesso”, ressaltou o presidente nacional da OAB.

Na avaliação de Lamachia, uma eventual interrupção dos trabalhos representa um “grave desserviço público”, além de desmerecer a memória do ministro Teori.

“É necessário ainda que se aproveitem o conhecimento e a memória histórica dos juízes federais que o auxiliaram durante o já longo trâmite desse processo. São magistrados qualificados, com profundo domínio do caso. Esse conhecimento não pode de modo algum ser desperdiçado, não apenas em nome da lógica e do bom senso, mas sobretudo em nome dos mais elementares fundamentos éticos da Justiça”, afirmou Lamachia.

O presidente Michel Temer disse anteontem, durante o velório de Teori, que só vai indicar o substituto para a vaga aberta no Supremo depois de Cármen Lúcia decidir quem será o novo relator da Operação Lava Jato na Corte. O Planalto não quer a definição do nome do novo ministro interfira no processo interno do STF de escolher o futuro relator da operação.

23 JAN 2017

BEMPARANÁ

Juízes federais defendem nomeação de Moro para o STF

Paranaense ganha força para o lugar de Teori Zavascki no Supremo

Nome de Moro é cotado para lugar de Zavascki

Campanha em favor de magistrado chegou às redes sociais com a hashtag #moronostf

O nome do juiz federal paranaense Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, começa a ganhar força para a sucessão de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF), morto em acidente aéreo na última quinta-feira, 19. Uma campanha foi iniciada na internet com a hashtag #moronostf. O ex-ministro da Cultura Marcelo Calero foi um dos que compartilharam este desejo.

Segundo reportagens e postagens em algumas redes sociais, uma corrente de juízes federais já defende a indicação de Moro pelo presidente Michel Temer. O argumento principal é que o paranaense é o maior conhecedor da Operação Lava Jato, cuja relatoria no STF era de Teori.

Pesa contra Moro, contudo, o impedimento regimen-



Juiz Sérgio Moro: campanha para ir para o Supremo

tal de assumir boa parte dos processos da operação, já que foi ele próprio quem conduziu os trabalhos na primeira instância, como titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, onde começou a apuração da Lava Jato, em março de 2014. Atualmente, a operação conta com cerca de 40 inquéritos contra 13 senadores e 29 deputados

federais tramitam no STF.

Em agosto de 2014, quando da aposentadoria de Joaquim Barbosa, a Associação dos Juízes Federais pelo Brasil (Ajufe) já havia indicado no nome de Sérgio Moro para o cargo de ministro do STF.

Na ocasião, a lista tríplice encaminhada à Presidência da República contemplou ainda

os nomes do desembargador federal Leandro Paulsen, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); e do desembargador federal Fausto De Sanctis, do TRF da 3ª Região.

Aqueles contrários a nomeação, como o ministro Marco Aurélio de Mello, a nomeação de Moro poderia colocar em risco a Operação, em função da importância que o magistrado tem à frente das investigações. Por este motivo, Mello declarou que o nome ideal para ocupar o lugar de Zavascki seria o atual ministro da Justiça, Alexandre Moraes. Em defesa de Moraes, Mello disse que ele foi do Ministério Público, é professor, constitucionalista, foi secretário de Segurança Pública do (ex-)prefeito Gilberto Kassab, secretário de Justiça e Segurança Pública do governo Geraldo Alckmin.

Agência Senado

23 JAN 2017

BEMPARANÁ

Odebrecht

Cármem Lúcia deve homologar delação

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou ontem que a sociedade brasileira "exige definição imediata" sobre os rumos da Operação Lava Jato e disse que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, deve decidir imediatamente sobre a homologação das delações de executivos e ex-executivos da Odebrecht.

"Não é cabível que, em situações excepcionais como esta, se aguarde o fim do recesso para que tal providência seja tomada. Nesses termos, é fundamental para o país que a ministra Cármem Lúcia, desde já, decida sobre a homologação ou não das delações", disse Lamachia em nota à imprensa. Na avaliação de Lamachia, uma eventual interrupção dos trabalhos representa um "grave des-serviço público", além de desmerecer a memória de Teori Zavaski.

Desacordo

Ministro criticou posição de juiz

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavaski, em algumas ocasiões desaprovou atitudes do magistrado federal, Sérgio Moro, cotado para ser o substituto de Zavaski. Uma delas foi em abril de 2015, quando Moro criticou as prisões preventivas decretadas pelo juiz de primeira instância.

"Subterfúgio dessa natureza, além de atentatório aos mais fundamentais direitos consagrados na Constituição, constituiria medida medievalesca que cobriria de vergonha qualquer sociedade civilizada", disse o ministro relator, que foi acompanhado na votação pelos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

A fala se referia a possibilidade de a concessão da liberdade interferir no fechamento de um acordo de colaboração premiada. Segundo Teori, seria "extrema arbitrariedade" manter a prisão preventiva considerando essa possibilidade.

23 JAN 2017

METRO

RMC tem quatro defensores públicos para 9,7 mil presos

Presídios. Representantes de quem não pode pagar advogado estão em proporção de um para 2,4 mil detentos; recomendação é um para 300

A Defensoria Pública do Paraná encerrou, na última sexta, um mutirão carcerário que identificou presos aptos a soltura, tornozeleira eletrônica ou progressão de regime na PCE (Penitenciária Central do Estado), em Piraquara, maior unidade prisional do Estado.

Na região metropolitana, onde há cerca de 9,7 mil presos – sendo 8,5 mil em presídios e 1,2 mil em delegacias de polícia –, a defensoria trabalha com uma equipe de 4 pessoas para atender os que não podem pagar advogado.

Isso significa que há um defensor para cada 2,4 mil presos na RMC. O número é 8 vezes abaixo do “cenário ideal” da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), que recomenda um defensor a cada 300 detentos.

O defensor público Hen-

45%

dos presos do Paraná, pouco mais de 13 mil, são provisórios, ou seja, ainda não foram julgados.

rique Camargo Cardoso, que atua em Curitiba, diz que ampliar as vagas nos presídios é uma consequência do trabalho da equipe, mas nega que se busque soltar presos a qualquer custo. “É uma forma de desafogar o sistema. Mas o que fazemos é analisar os processos. Com falta disciplinar [más condutas na cadeia], por exemplo, o processo fica travado”, diz.

O principal gargalo do sistema no Paraná, segundo Cardoso, não são os presos já condenados, e sim os provi-

sórios, que ainda não foram julgados e estão nas mãos da Justiça Criminal: segundo o Depen (Departamento Penitenciário) são 13 mil provisórios hoje, quase 45% da população carcerária no Paraná.

Para o diretor do Depen, Luiz Alberto Cartaxo, não se deseja soltar detentos que devem ficar presos: o problema é que a duração de um processo criminal, que deveria ser de no máximo 90 dias, chega a ultrapassar um ano.

“E às vezes é um preso por furto. O furto vai gerar 6 a 8 meses de condenação no [regime] semiaberto e ele está lá há um ano, no fechado! Isso é que é inaceitável. E ocorre”, lamenta Cartaxo.



RAFAEL NEVES
METRO CURITIBA

23 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Pinhais vai realizar casamento comunitário



Até o próximo dia
3 estão abertas as
inscrições para o

Casamento Comunitário,
edição 2017, promovido
pelo Serviço Social do
Comércio (SESC) e pelo
Programa Justiça no Bair-
ro/SESC Cidadão, com o
apoio da Prefeitura de Pi-
nhais. Os interessados de-
verão realizar a inscrição
nos Centros de Referên-
cia de Assistência Social
(CRAS) do município.

Para fazer a inscrição
é necessário apresentar
RG, CPF, comprovante de
renda (de até três salários
mínimos por família ou
meio salário por pessoa),
comprovante de endere-
ço, certidão atualizada de
nascimento ou de aver-
bação de divórcio (se for o
caso), de ambos. ●

JORNAL DO ÔNIBUS

Ayres Brito diz que operação é "patrimônio da sociedade"

23 JAN 2017

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Brito disse que a Operação Lava Jato é um "patrimônio" da sociedade brasileira e que não pode haver "paralisação demorada e menos ainda retrocesso" na condução dos processos no Supremo após a morte do relator do caso, ministro Teori Zavascki.

"Teori trazia a tiracolo, metaforicamente, essa adolescente

chamada República e plantou sementes que certamente ficarão. Entre essas sementes, a compreensão de que a Lava Jato é um patrimônio objetivo da própria sociedade brasileira, no sentido de que não pode experimentar paralisação demorada e menos ainda retrocesso". Segundo ele, a Lava Jato faz parte de um "projeto de vida nacional de saneamento de costumes". ●


Juiz proíbe candidatura de Maia à reeleição

O juiz federal Eduardo Ribeiro de Oliveira, da 15ª Vara Federal em Brasília, decidiu proibir a candidatura à reeleição do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao cargo.

O magistrado concedeu a liminar em atendimento a um pedido feito pelo advogado Marcos Aldenir Ferreira Rivas, em uma ação

popular. Na decisão, Oliveira entendeu que Maia não pode ser candidato à reeleição, mesmo que não haja proibição expressa na Constituição para o caso de "mandatos-tampão", como foi o dele. Rodrigo Maia foi eleito presidente da Câmara, em julho do ano passado, para substituir o deputado Eduardo Cunha, após a cassação. ●

MP acusa deputado de oferecer propina a vereadores

 O Ministério Público do Paraná ajuizou uma ação civil pública contra o deputado estadual Hussein Bakri (PSD) e outras cinco pessoas por improbidade administrativa. A ação, que corre em segredo de justiça, trata de um suposto esquema de pagamento de propina para aprovar as contas de 2006 da Prefeitura de União da Vitória, no Sul do Paraná, quando Bakri era prefeito da cidade.

Segundo a investigação,

feita pelo MP com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), entre os envolvidos no suposto esquema estavam três vereadores de União da Vitória em dezembro de 2016, quando ocorreria a votação das contas de Bakri. O MP-PR também acredita que o advogado Thyago Pigatto Caus, genro de Bakri, estaria assessorando vereadores para a realização do parecer sobre as contas do ex-prefeito, o que configuraria fraude. ●

23 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Juízes federais defendem nome de Moro para o STF

Argumento é de que o juiz é o maior conhecedor da Lava Jato



O nome do juiz paranaense Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, começa a ganhar força para a sucessão de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma corrente de juízes federais já defende a indicação de Moro pelo presidente Michel Temer. O argumento principal é que o paranaense é o maior conhecedor da operação, cuja relatoria no STF era de Teori.

Pesa contra Moro, contudo, a proibição de assumir boa parte dos processos da operação, já que foi ele próprio quem conduziu os trabalhos na primeira instância, como titular da 13ª Vara Federal de Curitiba. Atualmente, cerca de 40 inquéritos contra 13 senadores e 29 deputados federais tramitam no STF.



EBC

Ajufe já havia indicado nome de Moro em 2014 para o cargo de ministro do STF

Em agosto de 2014, quando da aposentadoria de Joaquim Barbosa, a Associação dos Juízes Federais pelo Brasil (Ajufe) já havia indicado no nome

de Sérgio Moro para o cargo de ministro do STF. Na ocasião, a lista tríplice encaminhada à Presidência da República contemplou ainda os nomes do desem-

bargador federal Leandro Paulsen, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); e do desembargador federal Fausto De Sanctis, do TRF da 3ª Região. ●